

4

O DESCONTO PARA A DÍVIDA EXTERNA — UMA BATALHA

A batalha da dívida externa começou oficialmente em 3 de setembro de 1987, na cidade de Viena. Ali, senadores norte-americanos promoveram um encontro internacional para debater as grandes questões econômicas da década de 90, o United States Congressional Summit. Pela primeira vez num cenário internacional, o então ministro Luiz Carlos Bresser Pereira apresentou a tese sobre o desconto na dívida externa dos países do Terceiro Mundo.

As bases de sua argumentação foram as seguintes: a dívida tornou-se incobrável; os diversos acordos entre devedores e credores, desde 1982, com o patrocínio do FMI (Fundo Monetário Internacional), tiveram o efeito perverso de aumentar o endividamento e agravar as dificuldades internas dos devedores; os credores continuavam sem garantias. Estava, portanto, na hora de mudar.

Essa mudança, disse Bresser, deveria seguir as indicações do mercado, das quais a principal era a desvalorização da dívida. Se bancos credores vendiam seus títulos de crédito por até 50% do seu valor de face, isso significava que, na realidade, a dívida já não valia o que estava escrito. Tanto isso era verdade que os bancos credores faziam provisões para cobrir essas perdas e o prejuízo daí decorrente fazia cair a cotação das ações desses bancos.

Partindo desses fatos, Bresser lançou uma proposta global

para consagrar esse desconto, sugerindo inclusive os instrumentos para que a operação pudesse ser realizada pelo mercado. Propôs, assim, a “securitização” da dívida — isto é, que a dívida atual fosse transformada em títulos de longo prazo, de valor menor, e com taxas de juros mais baixas. O desconto poderia ser, por exemplo, de 40% — e isso significava que uma dívida de 100 bilhões de dólares seria transformada em títulos de 60 bilhões. Mas títulos “quentes”, porque à altura da capacidade de pagamentos dos devedores e garantidos por uma entidade multilateral. Títulos, assim, imunes a moratórias, estas sempre, afinal, obrigatórias quando o devedor simplesmente não tem mais como continuar pagando. O prejuízo do desconto seria assim compensado pela segurança dos novos títulos. Para os países devedores, a redução da transferência de recursos para o exterior permitiria retomar investimentos internos.

A proposta se completava com a sugestão de criação de uma nova agência de gerenciamento da dívida. Essa agência, controlada pelas atuais instituições financeiras multilaterais, pelo FMI e pelo Banco Mundial, poderia garantir os novos títulos, isto é, a dívida reestruturada.

Posta a idéia, Bresser e seus assessores saíram pelo mundo — quer dizer, pelas capitais dos países credores — para vendê-la. Bresser foi aos Estados Unidos, onde se reuniu com o então secretário do Tesouro, James Baker, para apresentar uma proposta brasileira específica, a partir daquela tese geral. Para sair da moratória, colocou então Bresser, o Brasil reclamava a securitização de 20 a 30% da dívida junto aos bancos privados. Isso constaria da proposta brasileira formal aos bancos. Baker rejeitou a idéia — e certamente falava em nome do *establishment* financeiro internacional.

Verificado esse impasse, Bresser apresentou então a fórmula mais suave. No final de setembro, já durante a reunião anual do Fundo Monetário Internacional, propôs aos bancos privados a securitização voluntária da dívida, via mercado. Naturalmente, representantes das finanças capitalistas não poderiam opor-se a soluções de mercado. Também não seriam obrigados a trocar suas dívidas, mas a alternativa ficava posta. Era um modo de ir empurrando a idéia.

No início, conforme observaria um ano depois o gerente-executivo do FMI, o francês Michel Camdessus, essa idéia de desconto e securitização foi considerada “pornográfica” pelo *establishment* financeiro internacional. Mas aos pouquinhos a coisa foi

avançando. Com enormes atritos, inclusive no *front* interno brasileiro. Não foi fácil vender a idéia mesmo dentro do país.

Os meses de setembro e outubro de 1987 marcaram o intenso debate sobre a dívida externa. Em Nova York, Fernão Bracher, o principal negociador brasileiro, discutia com membros do comitê de bancos credores — um grupo formado por representantes de alguns bancos, também chamado de *comitê assessor*, porque, afinal, é pago pelo governo brasileiro para apoiar as negociações da dívida. Havia uma data fatal, 26 de outubro de 1987. Se até esse dia não houvesse acordo com os credores e o Brasil continuasse em moratória (a suspensão de pagamentos decretada em fevereiro de 1986, ainda na gestão de Dilson Funaro) a dívida brasileira seria *desclassificada*, conforme a legislação norte-americana. Os bancos norte-americanos seriam obrigados a lançar como prejuízo parte dos créditos concedidos ao Brasil, com a imposição de restrições graves a novos arranjos. Por isso Bresser Pereira e Fernão Bracher concordaram em fazer um acordo provisório com os bancos, para dar tempo para que as negociações prosseguissem. Mas já estava ficando claro para eles que sem medidas unilaterais mais duras não seria possível conseguir um acordo razoável para o Brasil.

No *front* interno, entre uma viagem e outra ao exterior, Bresser Pereira empenhava-se na manutenção do Plano de Emergência e na implementação das principais diretrizes do Plano de Controle Macroeconômico, principalmente a contenção do déficit público.

Entrevista à revista *Isto É*, de 9.9.1987.

P.: O senhor tem dito que o Brasil precisa encontrar uma saída não-convencional para o problema da dívida externa. Qual o princípio básico desta proposta?

R.: O princípio básico é que o Brasil deve ter um desconto da dívida. A idéia é apresentar uma proposta que represente realmente uma solução ou aponte na direção de uma solução a longo prazo. Uma parte da dívida deverá ser transformada em títulos de longo prazo, permitindo ao Brasil pagar com tranquilidade os juros e depois a própria dívida.

P.: Mas quem arcaria com o custo desse desconto?

R.: Esse desconto já existe, e quem tem de arcar com o custo são os bancos que emprestaram mal, emprestaram em excesso. Já

existe um desconto de 45% sobre o valor do título no mercado secundário¹. Além disso, os bancos já fizeram reservas que chegam a até 50% de seus créditos, especialmente na Europa. Isto é o reconhecimento pelo mercado financeiro internacional de que essa dívida é incobrável. Ora, se ela é incobrável, é porque é impossível pagá-la. Então temos de encontrar uma solução de desconto, via mercado, negociada que não abranjerá o total da dívida.

P.: Propostas como essa já foram apresentadas, depois da crise de 1982, mas não vicejaram. O que mudou de lá para cá?

R.: Acontece que certas idéias pioneiras em 83 ou 84 eram enviáveis, porque ainda não havia desconto, ainda não havia o reconhecimento de que essa dívida é incobrável. O mercado financeiro e os governos ainda não sabiam. Hoje, o mercado financeiro sabe disso, ainda que não assuma. Os governos dos países credores estão cada vez mais sabendo disso também. É fundamental que aqui no Brasil também saibamos disso: a dívida externa é incobrável, e então tentar pagá-la não parece lógico e racional. Esta é a realidade. A abordagem tradicional, de empurrar o problema da dívida externa com a barriga, fracassou do ponto de vista dos países devedores. Esses países ficaram estagnados devido às tensões geradas pelo problema do desenvolvimento externo. Também fracassou do ponto de vista dos países credores, porque o endividamento aumentou.

P.: Quais são as chaves de sucesso de uma negociação não-convençional com os credores?

R.: Queremos uma negociação que represente um avanço real. Não vamos negociar da mesma forma que os últimos países, que fizeram acordos com os bancos e com o Fundo Monetário Internacional, e as negociações não levaram a nada e mantêm esses países em crise, como é o caso da Argentina, das Filipinas e, em boa parte, do México. O fato concreto é que essa abordagem de empurrar com a barriga fez com que o México enfrentasse uma segunda recessão violentíssima no ano passado (1986), quando o

1. Títulos da dívida externa de países do Terceiro Mundo são negociados entre bancos e demais instituições financeiras internacionais. Um banco que tenha um pequeno crédito contra o Brasil, por exemplo, pode preferir vender esse direito a outra instituição, recebendo imediatamente, mas dando um desconto. Esses negócios fazem o *mercado secundário*, onde há um desconto de aproximadamente 50% para a dívida brasileira.

Produto Nacional Bruto caiu 3,8% e a renda *per capita* 6%. E neste ano vai crescer apenas 1%.

P.: Quais foram as conseqüências para o Brasil deste impasse a respeito da dívida externa?

R.: Estou profundamente convencido de que a dívida externa é um problema estutural e o mais grave da economia brasileira. É a principal causa do déficit público, na medida em que temos de pagar anualmente juros correspondentes a 2,5% do Produto Interno Bruto. E quem paga é o setor público. Assim, ocorre uma redução da capacidade de investimento. Se a dívida externa brasileira representa 4,3 vezes nossas exportações anuais, ela é incobrável. Qualquer economista sabe que um índice duas vezes superior já é muito alto. Não é nenhuma conversão da dívida externa que vai resolver isso, embora estejamos caminhando para fazer tal conversão.

P.: Quando será formalizada a proposta brasileira sobre a dívida externa? As reservas cambiais já garantem uma condição de negociação confortável?

R.: Realmente, o Brasil está muito tranqüilo com esse problema da dívida, porque as reservas estão crescendo e já superaram o nível de fevereiro de 87, quando foi decretada a suspensão do pagamento dos juros. Nossa proposta, incluindo a idéia do desconto, será apresentada solenemente ao comitê de negociação dos bancos credores no final de setembro, na semana anterior à assembléia anual do FMI.

P.: O senhor disse que déficit público é uma decorrência do endividamento externo. Mas pretende segurá-lo em 3,5% do Produto Interno Bruto neste ano. Qual o cacife de que o senhor dispõe para atingir essa meta?

R.: É um erro imaginar que se administre através de um plano, como o de Controle Macroeconômico, e que depois as coisas acontecem. A administração é feita através da correção dia a dia, hora a hora dos problemas. Não tomamos todas as medidas quando anunciamos o plano, no tocante ao déficit público, em julho. Até porque estão sempre acontecendo fatos novos, que impõem medidas adicionais de controle.

P.: O controle do déficit público ficará mais difícil se a Constituinte aprovar um aumento das transferências de receitas para estados e municípios?

R.: Caso seja aprovado o anteprojeto atual, haverá uma perda de receita de 26% por parte da União, num prazo de cinco anos. Isso porque as transferências vão aumentando, gradualmente,

durante esse prazo. Nesse caso, acho que a melhor solução para tapar o rombo nas contas federais é transferir, fortemente, encargos para os estados e municípios.

P.: Por exemplo, que tipo de encargos?

R.: Não há nenhum sentido em a União gastar dinheiro em educação, saúde ou saneamento básico. Embora essa tese conflite com uma espécie de senso comum que imagina ser essa a função do governo federal. Educação é, por exemplo, garantir a educação básica ou manter uma universidade. São tarefas bem localizadas, capazes de uma execução muito melhor pelos estados ou municípios. Caberia à União estabelecer normas gerais ou conceder bolsas de estudo. É a mesma coisa em relação à saúde. Postos de saúde são problemas municipais; hospitais, problemas estaduais. A melhor forma para melhorar a eficiência ao atendimento social é a descentralização, passando mais responsabilidades para os estados e municípios.

P.: O que acontecerá se esses gastos forem malfeitos?

R.: Ora, se os estados e municípios gastarem mal, isso é um problema deles, e a comunidade tem mais chances de fazer a cobrança. Eles poderão gastar mal ou bem, enquanto a União sempre gasta mal.

P.: É possível sonhar com inflação zero?

R.: O que existe é uma economia em que alguns setores ganham muito dinheiro e outros ganham pouco. Os que ganham muito se escondem e os que ganham pouco reclamam. Nós estamos corrigindo esses equívocos, gradativamente. Mas, assim, provocamos inflação, pois cada preço, ao ser corrigido, tem efeito sobre outros. É por isso que é impossível ter uma inflação zero e sempre conviveremos com um certo nível.

P.: Mas o peso da luta antiinflacionária não está caindo sobre os assalariados?

R.: O DIEESE afirma que ocorreram perdas salariais e está certo. De novembro de 86 até julho de 87 os salários caíram fortemente. Imagino que as pesquisas vão constatar que houve um aumento em julho. A partir de agosto deve haver uma pequena queda outra vez, porque houve uma inflaçõzinha e não houve nenhum aumento salarial no final do mês. Em setembro, os salários subirão pelo menos 4,5% e deverá haver nova perda para a inflação.

P.: Havendo a recomposição salarial no dissídio, não seria criada nova fonte de pressões inflacionárias?

R.: Qualquer aumento salarial pressiona a inflação, mas isso é

necessário, porque se os preços relativos estão sendo corrigidos os salários também terão de ser acertados. Mas é uma tolice dizer que os salários são a causa da inflação.

P.: O modelo econômico montado no final dos anos 60 dependia fortemente de recursos externos. E agora, como fica?

R.: Basear-se na dívida externa é realmente difícil, porque não há grandes oportunidades de captar recursos sob a forma de empréstimos. Basear-se na conversão da dívida em investimento é uma espécie de equívoco, porque isso cria subsídio para investimento, o que é muito bom, mas não cria nenhuma poupança adicional, o que é uma pena. Então é necessário que os bancos privados e públicos desenvolvam linhas de financiamento de longo prazo para financiar os investimentos privados. E depois é preciso que as empresas passem a investir os seus lucros.

P.: O senhor, em sua vida de empresário, professor e político, sempre esteve muito ligado no Brasil real. Quatro meses em Brasília, nesta nova função, fizeram-no perder este contato? Enfim, dizem que a capital federal é uma ilha da fantasia.

R.: Quanto ao contato com o Brasil real, acho que isso é um desafio permanente para quem está aqui em Brasília. Eu tento mantê-lo conversando com muita gente. Meus contatos com o mundo real são feitos através de empresários, de jornalistas, dos amigos e, de vez em quando, dos trabalhadores.

P.: E os políticos?

R.: Os políticos também são importantes, muito importantes. Eles acrescentam informações, cada um de sua forma. Enfim, acho que não perdi o contato com o país real. Mas há sempre o risco.

Discurso pronunciado em Viena, em 3.9.1987.

Uma solução global para a dívida

Em agosto de 1982, o México suspendeu o pagamento de sua dívida externa. Em agosto de 1987, sete países latino-americanos deixaram de pagar os juros aos bancos privados. Cinco anos após sua eclosão, a crise da dívida está longe de ser resolvida. Ao contrário, há sinais de seu agravamento.

1

Para os dez maiores países devedores, o índice dívida-exportações cresceu de 2,64 em 1982, para 3,85 em 1987, isto é, quase 50%. Excluindo-se Brasil e Peru, a taxa de crescimento para o ano de 1986, para esse mesmo grupo de países, passa a ser somente 1,5%. Em geral esses países não têm conseguido obter um crescimento sustentado, alternando anos de crescimento com anos de recessão. Como resultado deste quadro desolador, a renda *per capita* na América Latina não tem conseguido recuperar o nível alcançado em 1980. Apesar da adoção de dolorosos ajustamentos, os países devedores não têm sido capazes de retornar ao mercado.

Os países credores também não se encontram em uma situação privilegiada. Eles não têm conseguido — e provavelmente também não o farão em um futuro próximo — retomar suas exportações aos países devedores nos níveis atingidos no início dos anos 80. Além disto, em número crescente, países em desenvolvimento têm sido forçados a suspender os pagamentos aos credores oficiais. As agências de crédito para exportação, por sua vez, suspenderam a cobertura dada a alguns países devedores, dificultando assim a perspectiva de expansão das exportações aos países em desenvolvimento.

É verdade que de 1982 a 1987 os bancos credores aumentaram seu capital, criaram reservas sobre a dívida e começaram a reduzir suas *exposures* ao Terceiro Mundo. Mas, hoje, as oportunidades de cobrar os países devedores não são melhores do que eram em 1982. Ao contrário, há sinais no mercado — o desconto no mercado secundário, o crescimento nas provisões para devedores, a depreciação das ações dos bancos — que apontam para o fato de que parte do débito existente não é cobrável. Vale notar que o aumento das reservas, bem como a depreciação das ações, correspondem ao desconto esperado no débito, ou seja, a cerca de 50% do valor de seus créditos contra os países altamente endividados.

Há, de fato, sérios impedimentos, internos e externos, ao completo serviço da dívida. Experiências recentes têm demonstrado o quanto é difícil para as economias latino-americanas gerarem superávits comerciais essenciais para o pagamento dos juros. O pagamento integral dos juros é incompatível com o crescimento sustentado, o controle das finanças públicas e a estabilidade de preços. Vamos agora discutir estes pontos.

- a) A transferência de recursos reais — medida pelo superávit da balança comercial e de serviços não fatores — requerida para o pagamento dos juros da dívida deprime a capacidade de investimento. De 1983 a 1985, o crescimento médio das transferências para o exterior de recursos reais da América Latina (5,3% do PIB) correspondeu aproximadamente a uma redução média nos investimentos (5,8%). Isso significa que esses países tiveram que postergar investimentos indispensáveis, a fim de servir sua dívida.
- b) Em muitos países latino-americanos, a maior parte da dívida externa é do setor público (70%, no caso do Brasil). Nestes casos, o pagamento dos juros requer uma transferência do setor privado para o setor público, a fim de permitir que o governo adquira do setor exportador as divisas necessárias ao pagamento da dívida. Normalmente, tais transferências implicam um empréstimo adicional, elevando, desta maneira, a taxa de juros interna e, em consequência, o déficit público. No Brasil, os juros pagos sobre a dívida pública correspondem a 4,9% do PIB, dos quais 2,6% referem-se à dívida externa. Um déficit público maior afeta os investimentos públicos, enquanto que taxas de juros mais elevadas desestimulam os investimentos privados.
- c) A tentativa de expandir os superávits comerciais através de sucessivas desvalorizações cambiais levou os países devedores a uma competição predatória e a uma deterioração adicional nos termos intercâmbio. As desvalorizações têm, ainda, dois efeitos negativos: tendem a aumentar o déficit público, uma vez que um maior volume de moeda local se faz necessário para o pagamento da mesma quantidade de juros; e têm um impacto perverso na estabilidade de preços.

Há também constrangimentos externos ao serviço da dívida. De um lado, as taxas de juros permanecem substancialmente altas em termos reais e, recentemente, elas têm até se elevado, não havendo indicações de queda num futuro próximo. Por outro lado, as taxas de crescimento dos países mais ricos têm diminuído novamente, e espera-se que elas fiquem abaixo de 2,5%. O *Word Financial Markets*, uma publicação divulgada pelo Morgan Guaranty, observa que “ao expandirem suas exportações, os países devedores podem, em princípio, conter os índices de sua dívida ao reduzir suas importações de maneira a gerar um superávit comercial necessário para realizar transferências fi-

nanceiras líquidas aos seus credores”. Em outras palavras, nas circunstâncias atuais, o serviço da dívida, mais uma vez, resultará em recessão.

2

A estratégia *muddling through* (“empurrar com a barriga”) claramente falhou. Há agora um consenso que novos mecanismos e procedimentos têm de ser propostos e colocados em prática a fim de resolver o problema da dívida. Os países endividados foram os primeiros a mostrar as falhas da estratégia adotada depois de 1982 e a sugerir alternativas. O Congresso dos Estados Unidos apresentou algumas sugestões. O senador Bradley sublinhou a inadequação de se amontoar débito sobre débito através de novos empréstimos. Na verdade, não há “dinheiro novo”, uma vez que os bancos somente fornecem os recursos para o pagamento dos juros. O senador Sarbanes e os deputados Lafalce, Levin e Morrison sugeriram a criação de um *debt management facility*. O deputado Schumer propôs regras mais flexíveis para o reescalamento da dívida. O secretário James Baker apontou para a necessidade de inovação. A comunidade acadêmica pesquisou e desenvolveu novos mecanismos para enfrentar as dificuldades financeiras dos países devedores.

Na verdade, há uma série de boas propostas que devem ser analisadas cuidadosamente. Mas, primeiramente, nós temos que escutar o que o mercado está dizendo. O julgamento do mercado é que o débito existente não vale 100% de seu valor líquido. Vale 70, 50, 30, 10% e até menos. Na realidade, o valor de mercado da dívida do Terceiro Mundo tem diminuído constantemente; em média, seu valor cai para cerca de 50% do valor contratado.

Se o valor de mercado da dívida representa somente 50% do valor líquido, uma solução poderia ser a securitização do débito.

Dois modalidades de securitização poderiam ser consideradas: a primeira é securitizar o débito existente abaixo do valor líquido e escalonar os pagamentos em um número razoável de anos, de acordo com a taxa de juros do mercado; a segunda é manter o valor líquido da dívida mas reestruturá-lo em taxas fixas de mercado. Se o débito for então reestruturado, de acordo com a capacidade de pagar de cada país devedor, não serão mais necessárias as repetitivas e intermináveis negociações para novos empréstimos e reescalamentos.

Que garantia têm os bancos credores de que os devedores serão capazes de pagar o débito reestruturado? Os países credores

poderiam levar em consideração esse fato fornecendo alguma garantia ao débito reestruturado. Os países superavitários, cuja ajuda para a solução do problema da dívida é esperada, devem preferir concentrar seus esforços nesta solução, em vez de pensar em um alívio de curto prazo. As instituições financeiras multilaterais e a nova agência de gerenciamento da dívida, a serem eventualmente criadas, poderão juntas garantir o novo débito. Entretanto, a segurança efetiva reside no fato de que o compromisso dos países devedores de se ajustarem e crescerem se tornará exequível, uma vez que o débito diminuirá e a transferência de recursos será reduzida a níveis reais.

- a) esse tipo de solução pode favorecer todas as partes envolvidas: os países endividados poderão então contar com os recursos necessários para seu crescimento e para novos investimentos. Além disso, serão capazes de estimular investimentos internos e externos, por ter sido eliminada a instabilidade causada pelas repetitivas negociações e as esporádicas ameaças de suspensão dos pagamentos;
- b) o restabelecimento de condições realísticas de pagamento recuperará a confiança na qualidade dos ativos bancários. Em alguns casos, poderão ocorrer prejuízos, em outros, as reservas poderão ser reduzidas e, mais tarde, um declínio no valor das ações dos bancos e da dívida serão evitados;
- c) finalmente, os países credores também ganhariam ao expandir as exportações a mercados que já provaram ser dinâmicos. Não há maneira de se incrementar o comércio com os países em desenvolvimento sem resolver o problema da dívida. A expansão do comércio é uma ponte que fornecerá uma mais profunda e mais equilibrada integração dos países em desenvolvimento da economia mundial.

Resta uma questão. Se essa solução parece possível, por que ela ainda não foi implementada? A resposta é que em 1982, quando a crise eclodiu, as condições para esse tipo de solução ainda não existiam. Agora, ambas as partes perceberam que a estratégia *muddling through* não funcionou, e que parte do débito é incobrável. O mercado já indicou que o débito, da maneira como está estruturado, já não vale 100%. Os bancos credores aumentaram seu capital, fortaleceram as reservas e o valor das suas ações já foi ajustado ao desconto da dívida. Cabe a nós, agora, seguir o caminho que o mercado aponta. A dívida pode

ser reestruturada sob essa orientação. Esta medida não prejudicará o sistema, ao contrário, irá aperfeiçoá-lo; também não prejudicará os bancos, mas os fortalecerá. Esta é a única maneira de assegurar aos países devedores e credores uma integração mais dinâmica e harmônica de suas economias.

Propostas radicais consideram algum tipo de repúdio ao pagamento da dívida como a única solução para o problema. Eu deliberadamente evitei mencionar essas propostas por serem inaceitáveis. Elas teriam um efeito destruidor no sistema financeiro, do qual todos nós fazemos parte. Mesmo que o repúdio não causasse tal impacto no sistema, certamente arruinaria o fluxo financeiro entre os países industrializados e em desenvolvimento. A securitização dos débitos, por sua vez, construída sob a orientação do mercado, pode efetivamente resolver o problema da dívida. Tal mecanismo, em vez de destruir, ajudará a normalização das relações entre devedores e credores, e solidificará a integração dos países em desenvolvimento no mercado mundial.

Entrevista a Claudio Weber Abramo, da *Folha de S. Paulo*, de 20.9.1987.

P.: O senhor diria que a sua estratégia de negociação com os credores está dando certo?

R.: Acho que sim. Mas é claro que tudo depende dos critérios que se utilizar para saber se alguma coisa está dando certo ou errado. A estratégia que dê certo é aquela que represente um avanço para o Brasil. A dívida externa é o problema mais grave da economia brasileira. A forma de negociação que vem sendo imposta pelos credores tem sido extremamente prejudicial para os países devedores. Nestes últimos cinco anos, de 82 até 87, a renda *per capita* dos quinze maiores países devedores caiu 7%. A do Brasil cresceu um pouquinho (nós sabemos que o crescimento do ano passado foi perverso). A inflação nesses países aumentou fortemente. A abordagem tradicional, de se negociar a dívida na base de pacotes de “dinheiro novo”, ou seja, financiamento parcial dos juros, com um violento processo de ajustamento monitorado pelo Fundo Monetário Internacional, fracassou totalmente do ponto de vista dos países devedores. E fracassou também do ponto de vista dos países credores. Por quê? Porque eles deixaram de exportar muito dinheiro para os países devedores.

Nos primeiros anos, o processo funcionou para os bancos credores. Eles ficaram mais fortes, mais estáveis, com exposições² menores em relação aos países devedores. Mas, nos últimos dois anos, mesmo para os bancos, a situação está piorando consideravelmente.

P.: Como foi esse fracasso?

R.: O dado fundamental para isso foi que, depois de cinco anos de ajustamento, estagnação e inflação, os índices de endividamento dos países devedores aumentaram substancialmente, ao invés de diminuir. O índice fundamental de endividamento é o índice dívida-exportação³. Todos sabem que esse índice não deve ultrapassar dois. Significaria que o Brasil não devia ter uma dívida maior do que 50 bilhões de dólares. Em 82, quando irrompeu a crise, nós tínhamos um índice de 3,5; depois de cinco anos desse tipo de política, desse tipo de negociação, nós temos 4,5. O mesmo aconteceu com todos os demais países devedores. Em 1982, em média, o índice dívida-exportação era três. Hoje, é quatro. Esse fracasso refletiu-se no mercado financeiro. Surgiu um mercado secundário de títulos em que há um desconto enorme na dívida de todos os países — em média de 50%. Mas esse mercado é pequeno, dizem. E é verdade. Só que os bancos que dizem que o mercado é pequeno e que acham que a dívida vale mais do que 50% podiam estar comprando ativamente a 50%. E não compram. É estranho. Segundo, o valor das ações dos bancos caiu na proporção dos *spreads* que eles têm junto aos países devedores. Os bancos que tinham uma porcentagem grande dos seus ativos aplicada em países devedores tiveram quedas no valor de suas ações muito maiores do que aqueles que tinham proporção pequena dos ativos comprometidos. Terceiro, os próprios bancos reconheceram esse fato e fizeram reservas e mais reservas. Os bancos que resistiam eram os norte-americanos, que começaram a fazer essas reservas há uns três meses. A própria importância que se tem dado ultimamente à conversão da

2. *Exposição*: (do inglês, *exposure*), diz-se de um banco que tenha entre seus negócios muitos créditos contra países do Terceiro Mundo e que tem exposição alta em relação a esses devedores duvidosos. Neste caso, o banco está numa situação obviamente desconfortável.

3. *Índice dívida-exportação*: mede quantos anos de exportação seriam necessários para um país pagar a totalidade de sua dívida externa. Assim, exportações de 25 bilhões de dólares para uma dívida de 100 bilhões dá um índice quatro.

dívida em capital está baseada exclusivamente no fato de que os investidores podem comprar dívida brasileira com deságio e depois investir aqui.

P.: O deputado Delfim Netto diz que, se existe um mercado para a dívida de um país como o Brasil, com deságio de 50%, no momento que começar a haver negócios nesse mercado o deságio tende a diminuir, eliminando o efeito da desvalorização inicial.

R.: Mas esse raciocínio só é correto se o Brasil tivesse disposto a comprar essa dívida com o deságio, o que não é o caso.

P.: Não o Brasil, mas outros bancos ou aplicadores.

R.: Se os outros compram é porque não vale, vale menos do que isso. O argumento do Delfim é o seguinte: o Brasil não deve pensar em gozar do desconto, porque na hora em que quiser gozar dele, comprando a dívida, o valor da dívida sobe e o desconto vai diminuindo. Isso é verdade. Mas acontece que eu não estou interessado, o Brasil não está interessado em comprar essa dívida. O que o Brasil diz é o seguinte: é preciso haver uma solução a longo prazo para a dívida. Se nós continuarmos nesse mesmo processo, não vamos a lugar nenhum, ou melhor, vamos ter uma inflação cada vez pior. Nossos índices vão aumentar e vamos permanecer em permanente crise. Porque essa dívida externa é o maior problema interno que o Brasil tem. As transferências de recursos para o exterior são de 4% do Produto Interno Bruto. Isso significa redução de investimentos nessa proporção: 4% do PIB contra mais ou menos 17, 18% de investimentos. Significa que estamos reduzindo em 20% a nossa capacidade de investir devido à dívida externa.

O segundo maior problema da economia brasileira é o déficit público. Ora, mais da metade do déficit público brasileiro é devido à dívida externa. Em 86, esse déficit foi de 3,9% do PIB e os juros sobre a dívida externa pública foram de 2,3% do PIB. Terceiro, quando deixamos de contar com a possibilidade de obter créditos externos, temos de nos endividar internamente. A dívida interna tem crescido fortemente no Brasil, o que implica aumento da taxa de juros interna e dificuldades de fazer investimentos aqui dentro. Quarto, nós fomos obrigados a fazer desvalorizações cambiais muito fortes, que resultaram em maior inflação e resultaram em deterioração das relações de troca.

P.: O que o senhor pretende fazer para mudar o modelo de negociação da dívida?

R.: O Brasil tem dois objetivos fundamentais. Um é conseguir *spreads* menores na parte convencional da dívida — quer dizer

a dívida que se faz através do chamado dinheiro novo, que, na verdade, é financiamento de juros. E, segundo, fazer um acordo sem vinculação com o FMI, o que é fundamental para o Brasil, porque se o Brasil não quer ser monitorado, se o Brasil quer ter uma política econômica soberana, independente, não é razoável que receba um empréstimo de um bilhão de dólares do FMI, de sete bilhões e meio de dólares dos bancos privados e que, depois, o desembolso dos US\$ 7,5 bilhões dos bancos privados fique condicionado a um desembolso trimestral do FMI. Qualquer meta que o Brasil não atinja no seu eventual acordo com o FMI representa uma suspensão de desembolso também dos bancos. Isso não interessa ao Brasil. Portanto, será um avanço conseguirmos mudar isso. O que acho perfeitamente viável.

P.: Ainda que seja viável. Não é só um paliativo?

R.: É preciso abrir uma janela, uma perspectiva clara, uma solução a longo prazo. Quando um devedor não tem condições de pagar a dívida, o que faz? Qual é a solução para quem paga de juros cerca de 40% das suas exportações? São prazos muito mais longos e taxas de juros mais baixas e fixas. Quer dizer, a taxa de juros tinha que ser mais baixa. É isso o que falta. É o normal. Em toda a história do mundo, quando um devedor deixa de ter capacidade de pagar, encontra-se uma solução. Havia uma solução antiga, que era prender ou matar o devedor. Mas eu acho que essa solução está superada e não é ética. A atitude ética é encontrar, realmente, uma solução a longo prazo. Para isso é que a solução via títulos é ideal.

Uma coisa fundamental é que eu não estou querendo nenhuma revolução. Também não estou querendo nenhum confronto. Num artigo do *Financial Times* foi dito o seguinte: que o ministro Bresser Pereira, que foi aparentemente derrotado em Washington, na verdade estabeleceu um novo marco para a negociação da dívida externa dos países endividados. Que essa iniciativa deixou preocupados os países credores. Agora, eu creio que é nessa linha que nós temos que continuar. Não é uma revolução.

P.: A posição de negociar a partir de uma reivindicação de *spread* zero não é incongruente com o fato de o Brasil ser um país de alto risco?

R.: Em absoluto. Quer dizer, os bancos que nos emprestarão US\$ 7,5 bilhões não arriscam um centavo, porque esse é um falso empréstimo. Eles nos emprestam US\$ 7,5 bilhões e, no mesmo momento, nós pagamos para eles cerca de dez bilhões de juros atrasados. De forma que não entra um centavo no Brasil. O

processo é feito, inclusive, numa *offsetting basis*. Portanto, não há risco nenhum.

P.: O que é *offsetting basis*?

R.: Quer dizer que recebemos o dinheiro contabilmente e mandamos, também contabilmente, aquilo que eles mandaram e mais alguma coisa. Então, não há risco nenhum para os bancos. É por isso que eu digo que esse é um financiamento de juros. Se fosse dinheiro novo, para o Brasil fazer novos investimentos, tudo bem.

P.: Mas não é isso o que se pretende ao tentar refinanciar os juros que o Brasil está devendo e não está pagando este ano, nessa base do *spread zero*?

R.: Não. De duas uma: o Brasil não tem condições de pagar — é só olhar o balanço de pagamentos do Brasil — todos os juros. Mas os bancos querem receber todos os juros da dívida de longo prazo — são US\$ 5 bilhões, aproximadamente. Para eles receberem US\$ 5 bilhões, precisariam nos dar este ano US\$ 4,3 bilhões. No próximo ano, para receberem US\$ 4,8 bilhões, precisarão nos dar mais ou menos 60% disso. Aí recebem tudo. Na verdade, não nos dão um tostão. Não entra um centavo. Nós é que estamos transferindo recursos para lá, eles não nos mandam um tostão, um centavo. Isso é fundamental.

P.: O problema é: o que o interlocutor do outro lado da mesa pode pensar?

R.: O interlocutor do outro lado da mesa pode pensar de duas maneiras. Uma é a seguinte: bem, eu fiz o empréstimo, eu quero receber esse empréstimo, juro e principal. Não é? Em dia e à hora. Ignorando que o Brasil não tem condições de pagar. Agora, se ele verificar que o Brasil não tem condições de pagar, como não tem, começa a pensar em reduzir ambições. Nenhum banco, em sã consciência, faz empréstimo de dinheiro novo para o Brasil, porque não faz sentido para eles. Eles só dão dinheiro para a gente pagar para eles, e mais nada. Esse é o financiamento de juros. Dinheiro novo o Brasil não recebe há muitos e muitos anos.

P.: Dinheiro novo de verdade?

R.: Exatamente. É fundamental que os brasileiros saibam. Eles usavam essa expressão, “dinheiro novo”, para dourar a pílula, para ser a coisa mais amável. Eu compreendo, faz parte. A coisa fundamental é a seguinte: o Brasil quer negociar com os bancos sem prejudicá-los mais. Eles já realizaram prejuízo. Queremos fazer um acordo que os prejudique o mínimo possível. Nós queremos pagar tudo o que pudermos. Mas uma série de fatores que independem da vontade do Brasil, como também independe-

ram da vontade dos bancos, levou o Brasil e uma quantidade enorme de outros países a uma situação de semi-insolvência.

P.: O balanço desse processo tem sido positivo para os interesses brasileiros? A dura nota oficial do secretário do Tesouro, James Baker, não sinalizou uma recusa total à posição que o senhor defende?

R.: A nota, em absoluto, não refletiu o ambiente cordial. Não refletiu uma negociação séria, em que eu cedi alguma coisa e ele, Baker, cedeu outra. Eu cedi um pouco na parte relativa à forma com que os títulos seriam negociados. E ele cedeu em relação à desvinculação com o Fundo Monetário Internacional. Tivemos uma conversação muito amável, muito cordial, e depois vem uma nota que, para mim, é incompreensível.

O Brasil vai fazer agora uma proposta e vai começar uma negociação. Nós temos duas alternativas em relação a isso: ou nós queremos ter um resultado prático, imediato, e para isso temos que, simplesmente, fazer o que o México, a Argentina e as Filipinas fizeram...

P.: Que na sua opinião não deu certo, não adianta nada.

R.: Não deu certo, não é só a minha opinião, não. É na opinião deles. Isso é fundamental. Eu falei com o ministro da Economia da Argentina, com o ministro da Fazenda do México e li o que disse o ministro da Economia das Filipinas. Essas não são ilações minhas, é um fato concreto. Se a sociedade brasileira quer uma negociação mais firme, se a imprensa brasileira quer uma negociação mais firme, se quer um avanço na forma que eu falei, um avanço em termos de *spread*, um avanço em termos de maior autonomia para o Brasil, um avanço em termos de abrir uma perspectiva, uma janela para uma solução a longo prazo para isso, nós temos que cerrar fileiras...

P.: A sociedade brasileira não tem como manifestar uma opinião ou outra de modo aquilatável.

R.: A sociedade brasileira se manifesta de várias maneiras: através da imprensa, dos políticos, dos empresários, dos trabalhadores, de uma quantidade enorme de meios.

P.: Mas ela, jamais se manifesta de um modo univocamente determinado.

R.: Nem deve. Ela tem que mostrar uma tendência, uma forma, isso é o fundamental. Agora, é um papel fundamental da imprensa deixar as coisas bem claras.

P.: Sim, com certeza. Mas ela não está deixando as coisas bem claras?

R.: Acho que há ainda muita desinformação quanto ao assunto, quer dizer, o assunto da dívida é um negócio muito complexo, há muita coisa ainda a ser esclarecida.

P.: Vamos tratar agora dos títulos — os *exit bonds* — que seriam transacionados como parte desse pacote de negociação da dívida brasileira. Existe uma dúvida que assalta muita gente: por que motivo esses títulos teriam maiores garantias do que os papéis referentes à atual dívida brasileira?

R.: O Brasil tem uma tradição a respeito desse assunto. Nos anos 70, começo dos anos 80, o Brasil também se endividou com títulos, em US\$ 6 bilhões, aproximadamente. E, apesar de todas as moratórias, o Brasil jamais deixou de pagar um centavo, de juros e principal, da sua dívida em títulos. Uma das coisas que não estão suficientemente esclarecidas em relação ao problema da dívida externa é a seguinte: o que afasta o Brasil do sistema financeiro internacional? O que nos afasta de uma integração cada vez maior, que todos desejamos, que é desejável, com o chamado Primeiro Mundo? Por acaso são os radicais? Os nacionalistas deste país? Há uma idéia muito generalizada, especialmente entre os empresários, de que a causa dessa desintegração são os nossos radicais...

P.: Xenófobos, nacionalistas equivocados.

R.: Isso. Eu acho que é um completo equívoco. Os radicais, os nacionalistas antigos, têm pouca importância no assunto. O que, realmente, nos afasta do sistema financeiro internacional, nos afasta de uma integração maior nesse Primeiro Mundo é a própria dívida. E a forma pouco inteligente, a forma pouco razoável, através da qual ela está sendo administrada pelos países credores. É isso o que nos afasta. É um fenômeno real. Imaginar que, quando um ministro da Fazenda adota uma posição como a que eu estou adotando, que é preciso fazer um avanço, imaginar que isso é alguma coisa de radical, que é uma tentativa de romper com esse Primeiro Mundo, é um total equívoco. É exatamente o contrário o que se pretende.

A grande imprensa brasileira, o grande empresariado brasileiro, os políticos mais responsáveis deste país devem verificar como é que nós podemos garantir o crescimento econômico para o Brasil, a estabilidade de preços e uma crescente integração no sistema econômico ao qual nós pertencemos.

P.: É pela ação de investimentos?

R.: É. Como é que nós conseguimos mais investimentos das empresas multinacionais no Brasil? Fazendo a negociação conven-

cional, aceitando tudo e ficando permanentemente num processo de estagnação e crise, como estamos desde 82? Ou procurando uma solução de longo prazo para a dívida?

P.: As manifestações esparsas e muito discretas de alguns credores, em geral em *off*^a, têm mostrado que há divergências a respeito da razoabilidade da proposta brasileira. Alguns dizem que encaram favoravelmente, outros dizem que não. Na sua opinião isso é sinal de que a estratégia está funcionando, por que os credores se dividem?

R.: Eu jamais imaginaria querer fazer um avanço em relação ao problema da dívida se não soubesse que, entre os próprios credores, entre os próprios países, sejam bancos, sejam governos, não exista uma consciência crescente de que é preciso encontrar novas soluções, na linha que estou falando. Em todos os países já obtive manifestações de interesse: do Japão, da Alemanha, da Suíça e dos próprios Estados Unidos.

É preciso fazer uma negociação realista, que seja razoável, em que ambas as partes estejam dispostas a ceder. Ambas as partes precisam ser realistas antes de mais nada, e devem reconhecer qual é a efetiva capacidade de pagar do Brasil. Eu tenho dito muito claramente que, se aumentar a capacidade de o Brasil pagar, então o país aumentará seus pagamentos. Nos títulos deverá haver uma cláusula desse tipo: que, se o Brasil aumentar sua capacidade de pagar, os bancos que subscreverem os títulos terão uma compensação.

P.: Mudando agora para a situação interna. Haverá mudanças na política salarial?

R.: Nós temos todo interesse em defender os salários dos trabalhadores. E, portanto, há uma definição muito clara de que nós não queremos recessão. Portanto, se houver deterioração dos salários dos trabalhadores — que, inclusive, pode ser causa de recessão —, alteraremos os elementos da política econômica. A política econômica é um processo permanente de ajustes. Não há nada que se faça em formas definitivas. Quer dizer, uma parte desse ajuste será feita pelo próprio mercado, porque a política salarial deixou claríssimo que, na data-base, a negociação entre

4. *Off (the records)*: termo usado no jornalismo. Designa informações prestadas por fontes que não podem ser identificadas. Ou, informações que não podem elas mesmas ser divulgadas, devendo ser usadas pelo jornalista apenas para sua compreensão melhor dos fatos. Coisas que não podem ser registradas. Ao contrário, diz-se declarações *on* quando informações e fontes podem ser veiculadas.

trabalhadores e empresas é absolutamente livre. O que não pode, apenas, é as empresas repassarem aumentos de custos para preços.

P.: Faz parte da gerência da política econômica um controle administrativo de preços que está abarcando uma área muito considerável da economia. Ora, isso implica custos para as empresas e para o governo. É difícil, o governo não tem capacidade de controlar e as empresas têm dificuldades de obedecer às normas fixadas pelo CIP e pelo Ministério da Fazenda.

R.: Mas é por isso mesmo que foi feito um congelamento no dia 12 de junho, e que foi estabelecido um prazo para iniciar-se o descongelamento. Esse prazo foi cumprido, já liberamos uma grande quantidade de setores, que ficaram sem qualquer controle de preços. E observe que, apesar disso, a inflação está ficando num nível muito razoável. Dos 25% que tivemos no último mês, baixou para seis. A idéia é só controlar preços dos setores realmente oligopolizados e de alguns setores que tenham um peso muito grande no índice de preços. De forma que meu compromisso com os empresários, com a sociedade brasileira, de que faria um descongelamento rápido, está sendo rigorosamente cumprido.

P.: Independentemente da inflação, ou paralelamente a esse problema, há a questão fundamental de como a economia brasileira vai crescer. De onde virão os recursos para que a atividade econômica tome um ritmo que seja compatível com as ambições do povo brasileiro?

R.: Eu acho que estimular o investimento de forma não-inflacionária é um desafio fundamental da economia brasileira. Para isso é preciso resolver o problema da dívida externa, que é o nosso problema fundamental. Já vimos que perdemos, pelo menos, 20% dos nossos investimentos devido à dívida externa. Para isso é preciso que combatamos o déficit público, de forma a liberar os recursos que saem hoje do setor privado para financiar o governo, para serem utilizados em investimentos privados. Precisamos ter uma taxa de câmbio adequada — como já temos —, que garanta que o investimento nos setores exportadores gerará lucros. Mas os empresários precisam ter confiança na estabilidade da política econômica do governo. Eu acho que nós estamos começando a ter algum avanço nesse sentido.

Algumas vezes recebo a visita de empresários que se mostram interessados em investir, mas dizem: “e se muda a política econômica?” Eu lhes digo: vejam, vocês estão subestimando a orga-

nicidade da economia e da sociedade brasileira. Vocês ainda estão atribuindo importância demais ao ministro da Fazenda e à política econômica que ele, eventualmente, pratica ou deixa de praticar. Este país já tem uma estrutura econômico-social suficientemente integrada para garantir que os erros eventuais do ministro tenham fôlego curto. Um dos exemplos que gosto de dar é o da taxa de câmbio. Se o ministro da Fazenda cometer a loucura de querer valorizar a taxa de câmbio para combater a inflação, em pouco tempo os protestos da classe empresarial serão tão fortes que ele será obrigado a desistir. Acho que já existe, por parte da sociedade brasileira, um sistema de controle via imprensa, via empresários, via trabalhadores, via o próprio mercado, que garante isso. Tenho certeza de que, se começarmos a encontrar uma solução a longo prazo para a dívida externa brasileira, também encontraremos solução para o problema de investimento no Brasil.

P.: E o problema do déficit público?

R.: Se conseguirmos realizar um programa de privatização bem feito, que é fundamental para o Brasil, se conseguirmos aumentar os preços do setor estatal, que as empresas estatais se autofinanciem, assim combateremos o déficit público. Se conseguirmos um sistema tributário que, realmente, penalize o consumo de luxo e a especulação, aí conseguiremos recursos, poupança, para realizar os investimentos. É um trabalho difícil.

P.: Nos últimos cinco anos os Estados Unidos sofreram um processo de forte crescimento econômico. Mas o déficit público norte-americano é hoje muito grande. Aparentemente lá, pelo menos, a correlação entre a atividade econômica e o déficit público não parece ser a que o senhor acaba de descrever.

R.: Esse problema de déficit público é muito complicado. Quando se aumenta o déficit público, a curto prazo se aumenta o crescimento econômico, porque aumenta a demanda, os investimentos do governo. Com isso aumenta a demanda para o setor privado e, mais adiante, aumenta a capacidade produtiva do setor público. Especialmente, com o aumento de demanda estimula-se a economia. Mas acontece que, para fazer isso, torna-se necessário financiar o déficit público. Isso se faz através da emissão de dinheiro, o que é um desastre, ou através da venda de títulos no mercado interno, o que tem como efeito provocar taxas de juros muito elevadas. Por isso um objetivo fundamental é cortar o déficit público. Mas quando se corta o déficit com muita violência, isso provoca recessão, porque não dá para conseguir imediata-

mente uma substituição do gasto público pelo gasto privado. Pelo contrário, em 83 cortou-se o déficit público e cortou-se concomitantemente o gasto privado, o investimento privado. Economia é uma coisa muito difícil. Está cheia de coisas que você ganha de um lado e perde de outro.

Entrevista a Beth Cataldo, José Negreiros e Luís Erlanger, de *O Globo*, de 9.10.1987.

P.: Como está a queda de braço com os credores?

R.: Na última reunião com o FMI em Washington tivemos um grande avanço na negociação política da dívida. Tanto nossas teses mais antigas, como as mais recentes, foram incorporadas no que os banqueiros chamam de *menu* de opções que os países devedores deveriam oferecer no processo de negociação. Entre essas idéias, está a própria redução da dívida através de instrumentos como os títulos com taxas de juros mais baixas e fixas e prazos mais longos. No comunicado do Comitê Interino do FMI, que é o documento mais importante da reunião, já constou explicitamente a idéia da redução da dívida. Os discursos do presidente Ronald Reagan, de Michel Camdessus (diretor-gerente do FMI) e Barber Conable (Presidente do Banco Mundial) e, principalmente, de James Baker (secretário do Tesouro dos EUA), feito imediatamente depois do meu pronunciamento na Assembléia Geral, tiveram um sentido absolutamente claro de avanço. Eles não só aceitaram a idéia de que é preciso uma redução da dívida, como ainda que, como disse Baker, os bancos deveriam se apoiar menos em acordos formais com o FMI.

P.: O secretário Baker falou também em estender para seis meses, em lugar dos atuais três, os desembolsos do FMI e o acompanhamento das metas econômicas negociadas.

R.: Isso eu nem cheguei a defender, porque não estou querendo fazer um acordo já com o Fundo, mas é também um grande avanço. Enfim, nessa reunião iniciou-se uma nova etapa na história da dívida. A negociação antiga estava sempre baseada no ajustamento e no financiamento; e o ajustamento esgotou-se sem resolver nada, enquanto o financiamento de juros implicava aumento permanente da dívida. Agora, nós temos que combinar formas ainda de financiamento com formas de redução da dívida. Os dois caminhos básicos para isso são a conversão de dívida em título e a famosa conversão de dívida em capital. Mas, esta

última alternativa tem um problema, porque está limitada pelo impacto monetário que provoca, obrigando o país a emitir cruzados ou substituir dívida externa por dívida interna na hora em que o investimento se realiza.

P.: E a negociação específica com os bancos credores?

R.: Na primeira reunião com o Comitê dos bancos apresentamos a nossa proposta por escrito, um fato inédito. A proposta inicialmente surpreendeu os credores, mas as informações que tenho são de que eles estão percebendo que ela é séria, objetiva. Acho que podemos agora avançar rapidamente nessa negociação. E aí tem uma contradição: não estamos muito interessados em ter o acordo o mais depressa possível, não estamos com a corda no pescoço. Portanto, só negociaremos desde que haja um avanço claro nas nossas teses.

P.: Mas o dia 26 deste mês (outubro) está aí...

R.: O dia 26 é um problema para os nossos credores e também para nós. Vamos dar uma atenção muito especial ao dia 26. Nós podemos fazer concessões, mas eles têm que fazer concessões também, objetivas e claras. Se não, não há negociação. Tenho tido também boas informações dos bancos no sentido de que eles perceberam que nós estamos sinceramente querendo negociar — uma coisa de que eles tinham dúvidas. Eles estavam muito irritados com a moratória. Têm alguns que ainda estão. A moratória é sempre uma agressão ao banqueiro. Mas quando eles percebem que existe um interesse genuíno de negociar, as coisas melhoram muito. Houve banqueiros que tiveram, ainda lá em Washington, uma reação negativa, e depois telefonaram fazendo as pazes.

P.: Ao mesmo tempo que o FMI parece estar mais manso, o Clube de Paris⁵ não endureceu?

R.: No plano objetivo, há poucas razões para o Clube de Paris adotar essa posição de manter fechados os financiamentos ao país. Mas mantém essa posição porque o Brasil não tem acordo

5. *Clube de Paris*: designação informal, que se refere à reunião de representantes dos governos dos países mais desenvolvidos. O Clube administra e negocia a dívida dos países do Terceiro Mundo com bancos oficiais das nações mais ricas. Os devedores são obrigados, assim, a três negociações básicas: com os bancos privados, com os bancos e instituições oficiais dos países ricos, o Clube e com o Fundo Monetário Internacional. As autoridades e diretores desses bancos e instituições formam o *establishment* financeiro. Procuram sempre vincular todas as negociações.

com o FMI. Em janeiro deste ano (1987) fizemos um acordo com o Clube sem o FMI, o que envolveu, na época, uma negociação muito pessoal do ministro Baker, no sentido de convencer os demais ministros do Grupo dos sete países mais industrializados. Um mês depois, o Brasil fez a moratória. Isso fez com que esses ministros todos se sentissem um pouco traídos. E eles sempre lembram disso. Volta e meia, eles me contam essa história. Agora, eles fizeram uma espécie de acordo entre si, de que só haverá negociação se o Brasil fizer um acordo com o FMI. Esse é um dos motivos pelos quais eu acho que, depois do acordo com os bancos, ou até simultaneamente, mas de forma desvinculada, nós venhamos a fazer um acordo com o FMI.

P.: Em janeiro, o governo conseguiu fazer um acordo com o Clube de Paris desvinculado do FMI, agora o senhor parece propor o mesmo, só que em relação aos bancos.

R.: É diferente. Naquele caso, a desvinculação se referia à possibilidade de se fazer um acordo com o Clube, sem se fazer um acordo com o FMI. No meu caso, o que quero desvincular realmente são os desembolsos, que é o fundamental. No Clube de Paris não há nenhuma vinculação de metas do FMI com os seus desembolsos. Mas nos acordos com os bancos, os desembolsos trimestrais ficam na dependência dos desembolsos do Fundo, que, por sua vez, dependem de cumprimento de metas.

P.: Mas fica parecendo que há um retorno à situação anterior.

R.: Sob esse aspecto, há realmente um certo retorno. Mas eu não tenho muito argumento nesta hora. Mas como mais adiante vamos fazer o acordo com o FMI... Só não farei o acordo se o FMI não aceitar as metas que o Brasil estabelecer. Precisa ficar claro que o Brasil só fará o acordo com o FMI desde que isso seja uma continuidade do Plano de Controle Macroeconômico e que suas metas, que vamos reajustar trimestralmente, sejam aceitas.

P.: O que o governo vai levar aos credores no próximo encontro em Nova York?

R.: A questão do FMI não vai entrar nem em discussão. O que nós vamos discutir agora é a liberdade que devemos ter para emitir e negociar os bônus "de saída", propondo a sua conversão voluntária. Acho que os credores estão com boa vontade em relação a isso, mas têm algumas dúvidas. A liberdade para emitir os bônus é uma condição primeira na negociação. A segunda é estabelecer o sistema de pagamentos de juros mais ou menos simultaneamente ao recebimento dos empréstimos dos bancos.

Nós queremos pagar os juros e receber o empréstimo mais ou menos ao mesmo tempo. Se eles querem chamar isso de dinheiro novo, é dinheiro novo. Mas estará sempre vinculado o empréstimo que eles nos dão ao pagamento que nós lhes fazemos. Nós vamos receber 60% do que pagamos. Nós pagamos 100 e recebemos 60. No fundo, essa proporção é que será discutida. Eu imagino que ficará em torno de 60% para os próximos anos. Mas para 1987, nós precisamos do refinanciamento total dos US\$ 4,3 bilhões de juros. Em terceiro lugar, está a prorrogação das linhas de curto prazo.

P.: Passando para assuntos internos, o senhor não considera grave, que um industrial, o presidente da Autolatina, Wolfgang Sauer, venha publicamente dizer que vai paralisar as suas operações, sobretudo se é um setor que teve ganhos compatíveis e até acima da inflação?

R.: Em primeiro lugar, acho fundamental que o governo preserve a sua autoridade. Nós vivemos um período de crise e dificuldades e, de repente, a idéia de desafiar a autoridade do governo se torna atrativa. Mas acho que está absolutamente claro que este tipo de iniciativa tem pouco fôlego. O episódio da Autolatina não nos leva a modificar em nada a política do governo em relação aos preços da indústria automobilística. Eu venho dizendo que estamos num processo de recuperar os preços na indústria automobilística e vamos continuar.

P.: A indústria automobilística alega que, em abril deste ano; assinou com o governo um protocolo, que garantia a recomposição de seus preços.

R.: Mas esse protocolo me foi lembrado apenas uma vez pelo André Beer, presidente da Associação Nacional dos Veículos Automotores, e depois nunca mais. Já estive inúmeras vezes com Sauer e ele nunca me disse uma palavra sobre o protocolo. Agora ressuscitaram o protocolo, que eles tinham esquecido por dois motivos: porque logo depois veio o congelamento de preços e porque houve uma redução dos projetos de investimentos das empresas do Brasil. E o protocolo tinha como objetivo fundamental garantir investimentos. O que acho importante, de qualquer forma, é que não se pode fazer política de preços para prejudicar determinados setores. E há alguns setores que foram claramente prejudicados, principalmente as grandes empresas, que são, fundamentalmente, as empresas estatais e as multinacionais. Entre elas, a indústria automobilística (que é a mais fácil de controlar) foi particularmente prejudicada. Se examinarmos os

lucros das empresas multinacionais, nos últimos anos, vamos verificar que eles foram menores do que os lucros das demais empresas. A causa fundamental disso foi um excesso de controle de preços sobre elas, o que é uma coisa que tenho muita consciência de que precisa ser mudada. Mas temos que segurar a inflação. Portanto, não é fácil.

P.: Esse episódio da Autolatina também não reflete um desejo que é generalizado, no empresariado, de se livrar do excesso de controle do governo?

R.: Isso é muito relativo. A Autolatina, como outras empresas que falam em liberação, têm muito apoio do governo. Continuamos com o crédito-prêmio à exportação, extremamente importante para a indústria automobilística. Além disso, as exportações da Autolatina, para o Iraque contam com toda uma série de incentivos e acordos feitos pela PETROBRÁS para garantir essas vendas. Concordo em que é preciso menor intervenção do Estado na economia, que se caminha para a privatização, mas os empresários continuam dependendo e interessados em depender do governo. Há um duplo discurso. E é preciso tomar cuidado com isso.

P.: Mas do lado do governo também se fala em controlar as empresas estatais e não se consegue. Foi dito, por exemplo, que não haveria aumentos reais para os empregados de estatais e esses aumentos foram dados.

R.: Nós tivemos agora a questão do Banco do Brasil, em que aconteceu um problema semelhante. Mas aí houve um problema muito sério com a Justiça do Trabalho, que entendeu que o pessoal do Banco do Brasil tinha direito a uma equiparação com o do Banco Central, e depois que tinha direito a um aumento de produtividade, que saiu não sei de onde. Esse é um problema sério e grave. A Justiça do Trabalho, agora, está fazendo política econômica e política salarial. Tenho o maior respeito pelos juízes, que têm um papel extremamente importante neste país, mas fico preocupado com o que está acontecendo, especialmente ao nível do Tribunal Superior do Trabalho.

P.: Há perspectivas de ser adotada uma nova política salarial?

R.: Tenho insistido em que a política salarial brasileira é muito limitada, estabelecendo basicamente que vamos continuar aumentando o salário mínimo em termos reais. Há plena liberdade de negociação na data-base, com o parâmetro também de que o aumento, se for acima do IPC, não pode ser repassado aos preços nas empresas controladas pelo CIP. E há ainda a URP, que é

meramente uma antecipação salarial. O que é preciso é complementar isso com uma política de rendas, se nós conseguíssemos na parte fiscal uma carga tributária um pouco mais alta e principalmente mais justa.

P.: Mas não é verdade que o ajuste está sendo feito em cima dos salários, já que as políticas monetária e fiscal não são apertadas?

R.: Não concordo com essa premissa. Qual é a contenção salarial que eu estou fazendo? A política que estou fazendo procurou ajustar um pouco a economia, que está desaquecida, e isso reduz um pouco os salários. Mas o que reduziu mesmo os salários foi a inflação violenta do primeiro semestre. O salário só vai aumentar no Brasil novamente quando a economia voltar a crescer.

P.: Não estava implícito no Plano Macroeconômico que se a inflação fugisse do patamar de 3% a 5% teria que se alterar a área salarial?

R.: Se houver um aumento substancial de inflação podemos repensar a forma da URP, que é a antecipação salarial, mas isso é um detalhe no processo, não muda substancialmente as coisas. O que muda salário real é a expansão da economia e a negociação, mas os trabalhadores só conseguem ficar fortes quando há crescimento econômico, do contrário o seu poder de barganha diminui.

P.: O senhor ainda acredita no controle das estatais?

R.: Sim, é claro que algumas concessões têm de ser feitas. Mas eu tenho dito que se resolveu transformar o Estado no grande culpado de todos os problemas. Não há nenhum Estado que seja perfeito e certamente o brasileiro não o é. Mas as nossas empresas estatais são, de uma maneira geral, bastante eficientes e tiveram um papel decisivo na história do desenvolvimento econômico brasileiro, que jamais teria sido como foi, se não tivéssemos a SIDERBRÁS, a PETROBRÁS, a ELETROBRÁS e a TELEBRÁS. Acho que isso é indiscutível. O Brasil já chegou na fase em que deve começar a diminuir a presença estatal. Mas essa diminuição tem de ser lenta, porque a privatização implica haver recursos do setor privado, para comprar as empresas. E o setor privado brasileiro não tem tantos recursos assim. O setor privado francês ou inglês, por exemplo, tem. Tanto que estão comprando as estatais de seus países agora. Mas nós temos de ir devagar.

P.: O que se observa é que na área do controle do déficit público, seja por problema político ou não, não foi feito muito.

R.: Não concordo. Está sendo feito muito na área do déficit pú-

blico, é a nossa grande batalha, de todo o dia. Nós certamente vamos ter um avanço importante ao que normalmente aconteceria, porque este ano foi marcado por um imenso desequilíbrio do Estado, que estamos tentando corrigir, no meio do caminho, com o Plano Macroeconômico. Agora, acho difícil atingirmos a meta de 3,5% do PIB no déficit público neste ano. Vai ter de ser um pouco maior do que isso. Há uma idéia por aí de que o governo não fez nada no déficit público, o que é uma loucura. Fez-se e está-se fazendo bastante. O que se está segurando nessa área, o que tem de gente aborrecida com isso... Mas faz parte do jogo.

P.: A política monetária no mês passado também não teve comportamento favorável.

R.: Mas a política monetária tinha metas irrealistas, seja em termos de monetização da economia ou em relação a outras variáveis. Foram metas rigorosamente irrealistas. Quase como se a inflação fosse zero, o que nós tínhamos certeza que não aconteceria. A meta monetária, na verdade, é compatível praticamente com a inflação zero. O que foi um erro. Na discussão sobre o assunto, prevaleceram as posições erradas. Na revisão do Plano Macroeconômico, que vamos concluir no fim deste mês, essas metas serão corrigidas. Assim como as do déficit público.

P.: O senhor concorda com a tese quase fatalista de que a inflação vai se elevar gradativamente até voltar aos dois dígitos no fim ainda deste ano?

R.: Acho que a inflação vai ser um pouquinho maior neste mês em relação a setembro. Não há dúvida. Mas não vejo nenhuma fatalidade para ela continuar crescendo. Nós temos alguns fatores que estão pressionando a inflação, mas não tenho qualquer dúvida de que a manteremos sob controle.

Entrevista à Radio Eldorado de São Paulo, de 16.10.1987, publicada em *O Estado de S. Paulo*, de 17.10.1987.

P.: Quais as perspectivas de um acordo com os bancos credores antes do dia 26 de outubro?

R.: O encarregado da negociação, Fernão Bracher, tem instruções para que o Brail evite ser desclassificado, o que traria problemas para nós e para os bancos credores principalmente, que seriam obrigados a lançar um prejuízo de 10 a 15% em relação aos créditos concedidos ao Brasil. Nós não pretendemos nem

imaginamos que se possa terminar a negociação até o dia 26, isso está fora de cogitação. Mas se poderá fazer um avanço significativo e, se isso acontecer, poderemos até fazer o famoso pagamento simbólico (*token payment*). Agora, precisamos esclarecer um pouco o que é esse pagamento simbólico, há muita confusão a respeito. Tem gente que pensa, como eu penso, que é um pequeno pagamento, para mostrar boa vontade. Isso, mais aquela negociação, seriam suficientes para evitar a desclassificação. Mas os bancos credores esquecem que pagamento simbólico é pagamento simbólico e ficam falando num imenso *token payment* que, afinal, representa terminar a moratória. O Brasil não terminará a moratória enquanto não tiver uma negociação definitiva para sua dívida.

P.: Nota-se nos Estados Unidos uma pressão muito grande para um acordo provisório. Existe também a informação de que os credores querem um pagamento equivalente a pelo menos três meses de juros atrasados, ou US\$ 661 milhões. Devemos esperar hoje alguma mudança na posição brasileira?

R.: Os bancos estão alimentando uma confusão muito grande sobre esse pagamento simbólico. Pagamento de três meses, ou dois, é fora de cogitação. Eles querem isso e que, depois, se continue pagando a cada mês, de forma que o atraso nunca volte a ser maior do que seis meses, o que significa terminar a moratória. E a posição do governo brasileiro, que já deixei muito claro ao senhor James Baker, e ele compreendeu, é de não terminar a moratória antes de terminarmos a negociação da dívida dos três anos. Nós queremos um acordo para 3 anos, que implica US\$ 10,3 bilhões, que implica em *spread* zero e em uma série de coisas que vamos negociar, de forma flexível. Vamos negociar todo esse pacote. Não suspenderemos a moratória em hipótese alguma, enquanto esse pacote não for todo negociado. Até o dia 26 isso não vai acontecer. Até lá, o Brasil espera obter algumas vantagens, alguns avanços na negociação. Feito isso, poderemos fazer aquele pequeno pagamento simbólico.

P.: O Brasil está colocando na sua proposta o fim da flutuação das taxas de juro? Ontem o Chemical Bank elevou sua *prime-rate*⁶, e se outros bancos o fizerem a dívida brasileira crescerá.

6. *Prime-rate*: é a taxa preferencial de juros no sistema bancário norte-americano. Taxa preferencial é a que se concede aos melhores clientes — é, portanto, a mais baixa, o piso. O equivalente, para o mercado financeiro de Londres, é a LIBOR.

R.: Exatamente. Se você examinar a nossa proposta, nela consta um teto sobre a taxa de juros. Isso significa o seguinte: no momento em que a negociação se encerrar, e isso está perto, vai se verificar qual a taxa de juros vigente. Ela vai determinar inclusive de quanto dinheiro novo precisamos para financiar os juros. Depois se coloca um teto sobre essa taxa, 1%. O que for acima será capitalizado, ou refinanciado para o futuro. De modo que se as taxas continuarem subindo, não criarão problemas de reservas para o Brasil. Temos que receber esse dinheiro para financiar juros: se os juros aumentarem, ou eles aumentam seus pagamentos, ou capitalizam os juros para o pagamento futuro.

P.: O Brasil vai fazer um acordo com o FMI para negociar com o Clube de Paris. Mas os bancos dão a entender que gostariam de ver o FMI monitorando nossa economia.

R.: O Brasil já deixou claro que o acordo com os bancos será desvinculado do Fundo. Isso significa, por exemplo, que: se fazemos um acordo de US\$ 1 bilhão com o Fundo, receberemos esse dinheiro em parcelas trimestrais durante dois anos. A vinculação bancos - FMI implica o seguinte: quando fazemos acordo com os bancos, por exemplo, de US\$ 10 bilhões, também receberemos em dois anos e meio, em parcelas trimestrais. O acordo com o Fundo estabelece um plano, com certas metas. Se o Brasil deixa de atingir uma determinada meta, não recebe recursos do Fundo naquele trimestre. É uma punição, obriga a voltar para o caminho certo, é o monitoramento. Nesse mesmo momento, os bancos também suspendem. Então, o Fundo nos empresta US\$ 1 bilhão e passa a ter comando sobre US\$ 11 bilhões. Foi isso que dissemos, que não aceitamos em hipótese alguma.

P.: Há notícia de que o Brasil faria o pagamento simbólico e que depositaria o dinheiro como caução, num banco internacional.

R.: Essa é uma hipótese interessante que estamos estudando. Em vez de dar o dinheiro para os bancos, colocaríamos em caução. Mas não há nada decidido, nem é uma coisa fundamental para o Brasil. O fundamental é o *token payment*, que demonstremos boa vontade, estamos dispostos a fazer um acordo, a fazer concessões desde que eles também façam.

P.: As contas externas do Brasil melhoram bastante, o FMI e os credores estão mais flexíveis. O clima todo mudou. Por que não suspender a moratória, fazer o acordo com o FMI em outras bases para que o país receba o dinheiro de que precisa para poder avançar?

R.: Se suspendêssemos a moratória, estaríamos perdendo reser-

vas, porque nosso pagamento de juros é muito pesado. Nossa reserva é pequena e, em pouco tempo, estaria esgotada. Em troca de quê? Estaríamos pressionados a fazer uma negociação rápida, de acordo com os bancos e não conforme com os nossos interesses. Sabemos que a dívida é muito grande e que precisamos de um acordo de longo prazo para permitir um avanço significativo nessa negociação. Sem nosso grande instrumento de barganha, ficaríamos extremamente fracos na negociação. Segundo ponto: não creio que o Fundo tenha mudado muito. O que houve de muito importante nessa última reunião foi a mudança dos ministros de Finanças, particularmente do ministro Baker. O Brasil vem apresentando nos últimos três meses uma proposta, afirma que a dívida é um problema muito grave, mais do que se imagina, não é conjuntural e sim estrutural, e a única solução é de longo prazo, que reduza a dívida, implique um desconto. Isso é perfeitamente viável, porque existe um desconto no mercado secundário, o sistema financeiro internacional reconheceu que esse desconto é legítimo, portanto devemos participar desse desconto. Aí inventamos um sistema para isso, através de títulos de longo prazo, com taxas de juro mais baixas e fixas. Inicialmente essas idéias não foram aceitas pelos ministros das Finanças, mas na última reunião do Fundo o foram plenamente. Foi uma grande vitória do Brasil, e acho que deve facilitar a negociação. Quanto ao Fundo e suas posições monetaristas, ortodoxas, isso mudou muito pouco.

P.: Os salários foram soltos nos últimos 15 dias. Os preços estavam congelados e foram liberados recentemente. E a inflação se manteve sempre acima das expectativas oficiais do governo. No seu plano, não se falava em inflação zero, mas em torno de 2 a 4% ao mês. Em outubro, não deverá ficar abaixo de 9% e para novembro, tudo indica, segundo estudos feitos em Brasília, que teremos a volta dos temidos dois dígitos. O que teria dado errado no plano, ministro? De quem é a culpa?

R.: Acho que não há fracasso. Fizemos um congelamento flexível e sabíamos que a inflação zero estava fora de cogitação. Qual o motivo de termos inflação, se não há excesso de demanda? O fundamental é a recomposição dos preços relativos. O que é isso? Quando foi feito o congelamento, a economia estava numa situação caótica, os preços relativos estavam profundamente desequilibrados. O que fizemos logo após o congelamento foi acertar os preços relativos atrasados. Aí a inflação sobe. O ideal seria aumentar alguns e baixar outros. O problema é que os em-

presários escondem os preços que estão adiantados, nunca nos contam e é impossível saber quais são.

P.: E a previsão de 14-15% para o próximo mês (novembro)?

R.: Isso é terrorismo. Quando comecei o descongelamento em agosto, falava-se que em setembro a inflação seria de 15%. Eu disse então que era uma falsa analogia com o descongelamento do início do ano, quando a inflação explodiu, a economia estava totalmente fora de controle. E qual foi a inflação em setembro? Em vez de 15%, foi 5,7%, um pequeno erro de previsão... Agora estão sendo um pouco mais modestos, falam em 13 a 15%, mas é um absurdo. Que vai ser um pouco mais alta, é bem possível. Ainda há fatores aceleradores e eu não consegui ainda ter fatores desaceleradores que os compensem. Mas a economia não está fora de controle e há uma certa tranqüilidade por parte dos empresários.

P.: Mas as contas do governo não estão sob controle...

R.: Há duas coisas com as quais estou satisfeito. Primeiro é o setor externo, o superávit comercial é até maior do que eu esperava. As exportações estão indo bem, ainda que às custas de um certo desaquecimento da economia interna, diga-se de passagem. Segundo: tive informações esta semana, ainda não confirmadas, de que nossas metas de déficit público estão sendo razoavelmente atingidas. A monumental briga que o governo está fazendo para que ministros e governadores de estados segurem seus gastos está dando resultados. Não estamos muito longe do nosso objetivo de 3,5% do PIB, que é alto. O déficit público é um problema estrutural, mas estava caminhando para 6 a 7% do PIB. Estamos tendo um enorme êxito nessa área, estou realmente muito satisfeito.

P.: (Joaquim dos Santos Andrade, presidente da CGT) — A recessão está ameaçando, o crescimento da economia será menor em 1988, o que significa mais desemprego, menores salários.

R.: Você está pessimista demais. A economia não está caminhando para a recessão. Estava, mas houve uma reversão do processo. Em setembro, pela primeira vez, começou a haver aumento do nível de emprego, segundo a FIESP. Foi pequeno, mas a mudança é clara. Não há, portanto, nem recessão nem desemprego, ele está diminuindo. O que há são desequilíbrios estruturais muito importantes e isso não se resolve da noite para o dia.

P.: (Luís Ignácio Lula da Silva, presidente do PT) — Quando é que o senhor vai reconhecer publicamente que a classe trabalhadora

está tendo um dos maiores arrochos salariais de toda a sua história? O senhor vai ou não assumir publicamente que sua política econômica até agora não deu certo e que ela só controlou os salários?

R.: Lula, acho que você não tem ouvido o que eu tenho falado. Desde que assumi, deixei claro que sabia que os salários dos trabalhadores estavam caindo fortemente, cerca de 20%, nunca 80%, isso é loucura. Senão estaria todo mundo morrendo de fome; 20% de queda é importantíssimo, e de fato aconteceu. Se você pegar novembro do ano passado, que foi o pico, e junho deste ano, que foi o pior, a queda foi de 20%. Quando fizemos o congelamento, dissemos que haveria uma pequena recuperação em julho, mas que ficaria por ali, naquele nível. Fizemos a política com a URP que está levando mais ou menos nesse caminho. O que é mais grave é que os trabalhadores precisariam ter uma assessoria econômica mais séria. Diz-se que Delfim Netto fajutava índice e que eu escondi o mês de junho. Se isso tivesse acontecido, os trabalhadores teriam tido uma perda, só nesse mês, de 20%. O que aconteceu com os salários médios reais? Aumentaram um pouquinho, ou ficaram estáveis. Há muita irresponsabilidade dos assessores dos trabalhadores, que os levam a fazer reivindicações absurdas, a falar em queda de 70-80%, o que é ridículo e que faz com que a reivindicação do trabalhador, que é uma coisa séria e deve ser levada a sério, deixe de sê-lo.

P.: (Lincoln Pereira, presidente em exercício da Associação Comercial de São Paulo) — Qual a posição do governo sobre a conversão da dívida?

R.: Estamos fazendo a regulamentação da questão. É uma boa solução, mas com limites grandes pelo lado monetário. A outra solução para reduzir a dívida é sua conversão em títulos de longo prazo, com juros menores que o mercado. Espero que sejamos bem-sucedidos nisso. São duas soluções complementares.

P.: (Paulo Salvador Frontini, secretário de Defesa do Consumidor, e Paulo Salim Maluf, ex-governador do Estado de São Paulo) — Um dos maiores problemas enfrentados pela população é justamente na área de habitação. Qual a proposta concreta que o governo apresentará para os próximos meses nesse setor? O senhor acha justo o Executivo tentar interferir na Justiça Trabalhista para achatar os salários e negar a reposição salarial na mesma proporção da inflação?

R.: Não existe solução de curto prazo para o problema da habitação. Este é o problema menos atendido do país, fez-se muito

pouco. Houve uma medida, a meu ver malfeita — acabar com o BNH, que tinha muitos defeitos, mas que de qualquer forma estruturava a política habitacional do país. Hoje estamos sem esse órgão e estou preocupado, tentando ajudar a reestruturar essa área, mas ainda não foi possível. Quanto à pergunta do senhor Maluf, o governo brasileiro não está em absoluto interferindo junto ao Tribunal Superior do Trabalho. O que o governo está dizendo é que os aumentos salariais podem e devem ser feitos nas negociações entre patrões e empregados, mas os aumentos não devem ser maiores que a inflação do período, para que os empresários não repassem esses aumentos e alimentem a inflação, de forma desastrosa para trabalhadores e empresários. É um problema que temos de tratar com muita seriedade e sem demagogia.

P.: (Pedro Erberhardt, presidente do SINDIPEÇAS) — A estabilidade no emprego não poderia ser o golpe fatal para a entrada de capital estrangeiro no país, já bastante arredo em função do controle de preços e a moratória, entre outros problemas?

R.: O capital estrangeiro tem tido um papel muito importante no desenvolvimento brasileiro. Não concordo que tenha sido a moratória e a Constituinte — questões recentes — que tenham levado esse capital a se retrair. Essas empresas se retraíram nos últimos seis ou sete anos, quando o Brasil passou a enfrentar dificuldades na área externa porque ficaram apreensivas com a possibilidade de o país não poder honrar o pagamento de lucros e dividendos. Embora isso jamais tenha acontecido, o Brasil, nunca deixou de pagar os lucros e dividendos das empresas multinacionais e também o repatriamento de capital quando elas exigem.

Elas estão preocupadas com a Constituinte, e nós devemos tomar atenção a este problema. Mas creio que a Constituinte está tendo um resultado perfeitamente aceitável para elas, não irá criar problemas maiores.

P.: (Flávio Teles de Menezes, presidente da Sociedade Rural Brasileira) — Qual a posição do governo brasileiro acerca da proposta dos EUA, de eliminação dos subsídios para produção e comercialização para produtos agrícolas até o final do século, tendo em vista que os produtos brasileiros sofrem grande concorrência dos próprios EUA e Comunidade Européia?

R.: O Brasil é totalmente favorável à eliminação de subsídios. Aqui já houve eliminação de subsídios. O subsídio que há na Europa e nos EUA, entretanto, dificilmente será eliminado, apesar

de sermos favoráveis a isso. Os salários, por exemplo, na França ou Inglaterra são muito altos, inclusive o nível de vida é muito elevado, e torna-se incompatível com o preço internacional de certos produtos agrícolas para competir com o Brasil ou Argentina. Então a única solução lá é o subsídio, para não acabar com a agricultura européia, norte-americana ou japonesa. O subsídio à cultura de arroz no Japão é um escândalo, é imenso, mas eles não querem acabar com a agricultura do arroz. Os EUA podem dizer que irão acabar com o subsídio, mas tenho minhas dúvidas a respeito. É uma tese que devemos defender, pois os EUA vivem dizendo que devemos pôr nossa economia em ordem, mas eles não fazem isso em sua própria casa.

P.: (Juarez Rizzieri, coordenador do Índice de Preços ao Consumidor da FIPE) — O reajuste das tarifas públicas contribui para a redução do déficit público, mas prejudica a inflação em um momento crítico de reposição salarial, abrindo caminho para uma nova explosão inflacionária. Não dá para cortar outras pressões sobre déficit e aguardar um momento mais adequado para reajuste das tarifas públicas?

R.: Esta é a tentação eterna dos controladores de preço, dos ministros da Fazenda: segurar o preço do setor público. Geralmente, se segura os preços das tarifas públicas, do aço, da energia elétrica, às vezes do petróleo, e depois também se pega alguns setores privados, cujos preços são fáceis de se controlar, como a indústria automobilística, indústria petroquímica (que é meio privada, meio pública). Congelam-se os preços desses setores — isso ocorreu durante o período do ministro da Fazenda, Francisco Dornelles, por exemplo —, mas isso traz um problema de déficit público gravíssimo. Desequilibra a economia de forma brutal e depois leva à chamada inflação corretiva. Também o Mário Henrique Simonsen e o Delfim fizeram isso várias vezes. Eu prometi a mim mesmo não fazer. Essa é uma forma muito fácil de combater a inflação, e se eu quiser segurar a inflação nos próximos meses, fazendo um congelamento só de preços que estão no CIP, alguns dos mais importantes e especialmente as tarifas públicas, eu reduzo a inflação. Mas depois de três ou quatro meses tenho de fazer a inflação corretiva e aí a inflação explode. Seria uma imensa irresponsabilidade de minha parte.

P.: O governo prepara um aumento da carga tributária bruta e líquida. Hoje essa carga seria da ordem de 24% do PIB. Com incentivos e subsídios, o governo perde 42% de sua receita. Não será melhor diminuir incentivos e subsídios, cuja utilização é du-

vidosa e o benefício duvidoso, em vez de aumentar a carga tributária, principalmente considerando que o IR é pago por uma parcela muito pequena da população e na área de pessoas jurídicas a tributação é bastante alta (respondem por cerca de 75% da receita)?

R.: Estou plenamente de acordo. Seria muito melhor reduzir incentivos e subsídios do que aumentar imposto. Mas é muito difícil fazer isso. Eu disse que a Constituinte está fazendo um trabalho sério, mas não fez nada nessa área. Está mantendo todos os subsídios e incentivos. Ninguém tem coragem de cortá-los. Têm os subsídios para o Nordeste, para a SUFRAMA (Superintendência da Zona Franca de Manaus), para Carajás. Há uma infinidade de coisas, uma quantidade enorme de subsídios e incentivos. Há sempre interessados em torno deles, e os interessados têm *lobby* infernal, em todos os níveis do governo, inclusive no Congresso. Enquanto não houver uma campanha bem decidida, organizada e estruturada de toda a sociedade para reduzir estes incentivos, não será possível eliminá-los. Há certos momentos em que os incentivos são legítimos, mas com o tempo ficam desfuncionais, e ainda assim ficamos com eles. Insisti muito em que na Constituição houvesse um dispositivo que dissesse o seguinte: a cada quatro anos, o Congresso fica obrigado a reafirmar os incentivos; se não o fizer, eles acabam automaticamente. Afinal se pôs lá um dispositivo que não é bem isso. E ninguém pode falar em acabar com incentivos regionais. Com isso não chegamos a uma racionalidade em matéria econômica neste país.

P.: Há também uma insatisfação muito grande com relação aos choques inflacionários. Parece que estamos querendo combater a inflação de choque em choque, como na Argentina. E isso não é suficiente. Não seria o momento de fazermos mudanças estruturais na economia brasileira para atacar o problema central do país, sem o que não há solução para as demais questões? Talvez até usar isso como arma para eliminar os *lobbies* que o senhor mencionou?

R.: A inflação realmente é um problema muito grave na economia brasileira, mas acho um erro dizer que os choques sejam uma coisa má. Nós ainda estamos traumatizados com o choque do Cruzado, que foi uma coisa muito boa, muito bem feita, que poderia ter tido êxito, mas foi muito mal administrado em seguida e aí foi um desastre. Agora, um choque só não resolve. Isso é absolutamente claro. Fazer um choque e deixar as coisas correrem, como no Cruzado, é melhor não fazer. Mas em certos mo-

mentos é muito necessário. Se quisermos pegar uma inflação de 15% ou 20% e reduzi-la a zero na base de contenção de déficit público, recessão, é uma loucura. Não faz nenhum sentido. A solução do choque é muito mais inteligente, desde que acompanhada de outras medidas.

P.: Mas desde que haja também investimentos, o que não acontece com o Brasil?

R.: Mas aí começamos a misturar uma porção de problemas. A questão estrutural básica da economia brasileira é que o setor público, que é responsável por boa parte dos investimentos brasileiros (40% dos investimentos, ou seja 5% do PIB, contra 12% de investimentos do setor privado), não tem poupança. A poupança do setor público foi praticamente eliminada devido aos incentivos e subsídios, devido à elevação da inflação, que tira capacidade real de poupança do governo, devido ao endividamento do governo e ao aumento violento do juro sobre a dívida pública, juros que o governo paga e que representam cerca de 4% do PIB. Todos esses fatores levaram a uma redução da capacidade de investimento do setor público, e isso é gravíssimo. O que faz o governo então? Vai-se financiar no setor privado, através do *open* e de vários sistemas. Isto tira a capacidade de investimento do setor privado. A solução para isso é demorada e difícil. Tem que cortar despesas, aumentar tarifas — e estava lá Juaréz querendo diminuir as tarifas —, aumentar alguns impostos, tirar subsídios. São tantos os interesses que, se não tivermos coragem para adotar estas medidas, não iremos muito longe.

Entrevista ao *Correio Braziliense*, de 25.10.1987.

P.: Como é que o senhor está vendo a questão dos salários, que vem sendo apontada por muitos setores como o fator que está puxando para baixo o crescimento, por que caiu o poder aquisitivo?

R.: Isso é um problema que está me preocupando muito. Os trabalhadores estão pedindo aumento de salário e a Justiça do Trabalho está tendendo a concedê-lo, incluindo os 26% de junho, o que é um absurdo. A nota que fiz, mais uma, demonstra, com clareza, que não houve nenhum prejuízo para os trabalhadores pelo fato de a correção salarial ser calculada a partir de julho. Que, pelo contrário, no mês de julho houve um aumento de

salário real, já. Pequeno, mas houve, depois de uma queda muito grande que estava acontecendo desde novembro. Desde novembro até junho, os salários reais caíram fortemente, devido à inflação. Graças ao congelamento desse ano, houve uma recuperação do salário médio real. Isso se pode mostrar teoricamente a partir daquela idéia que expliquei exaustivamente, logo depois do congelamento, de que os 20% de reajuste — o último gatilho de junho — embora referido à inflação de maio, na verdade deveria ser comparado é com a inflação de julho, porque iria ser gasto durante o mês de julho. Como a inflação de julho foi de apenas 3%, de acordo com o IPC, ou de 9%, de acordo com o INPC, haveria um ganho salarial real substancial. Agora, vamos verificar o que aconteceu com o salário médio real calculado pela FIESP. Vamos ver que em julho e em agosto aumentou em relação a junho. Como eu previa teoricamente e mostrava com fórmulas e gráficos, agora, na prática, empiricamente, está demonstrado.

P.: E a discussão da inflação de junho, de 26,6% que não foi gatilhada?

R.: Economistas irresponsáveis, assessores dos trabalhadores, insistem em falar no sumiço, no roubo dos 26%. Se eu tivesse roubado 26% dos trabalhadores — um aumento que dizem que não dei e deveria ter dado — o que aconteceria? Naquele mês em que foi roubado, o salário dos trabalhadores deveria cair 26% sobre 126%, ou seja, pouco mais de 20%. E empiricamente está provado que não caiu, porque não caiu mesmo. Agora, se esse aumento for concedido agora, se os empresários concordarem em aumentos incorporando os 25 ou 26% de junho — o que resulta em aumento de quarenta e poucos por cento para aqueles com data-base em setembro, de mais de 50% na data-base de outubro e imagino mais de 60% na data-base de novembro — os trabalhadores estarão recebendo, de fato, então, um aumento no salário real de 25% adicionais. Isto levaria o salário real ao pico que ocorreu entre agosto e novembro de 86, ao pico do Cruzado. Ora, nesse período revelou-se uma incompatibilidade distributiva. Esses salários altos foram uma das causas do fracasso do Plano Cruzado. De forma que nós vamos ter uma aceleração inflacionária muito forte, que vai frustrar os trabalhadores, que, afinal, não vão ter esse aumento em termos práticos. Vai prejudicar a todos nós: trabalhadores, empresários, governo.

P.: Mas, a essa altura dos acontecimentos, já foram dados aumentos dessa ordem, a começar por algumas estatais, como o

Banco do Brasil...

R.: Esse negócio de Banco do Brasil é uma confusão. Em primeiro lugar, quem deu este aumento foi a Justiça do Trabalho. Segundo, ela deu por um outro motivo. Não foi com base nos 26% de junho, mas sim com base na equiparação aos salários do Banco Central.

P.: O BB, porém, puxou os outros reajustes...

R.: Entendo que puxe. Mas se um cai no abismo e nós queremos todos sair correndo e pular juntos no abismo, pulemos. Eu não, fico aqui de fora, avisando. Porque quem faz a economia de um país são os empresários e os trabalhadores. O governo, o ministro da Fazenda, o ministro do Planejamento, o presidente da República, eles estabelecem certas linhas, certas orientações. Têm alguns poderes, mas não todos os poderes.

P.: O que fazer, então?

R.: Então, nesse caso, por exemplo, não posso proibir que os empresários concordem com isso, ou não posso proibir que a Justiça do Trabalho decida em função disso, ou que os trabalhadores reivindiquem isso. Agora se eles o fizerem e derem esse aumento, todos vão perder, inclusive os trabalhadores. Se isso acontecer, é o preço que vamos pagar pela monumental demagogia que a imprensa, que os jornalistas, que os diretores de jornais, que os diretores de revistas, fizeram logo após o congelamento.

P.: Como assim?

R.: Naquela ocasião, a imprensa toda — os jornalistas porque são assalariados, os diretores de jornais e revistas porque vendem jornais e revistas para os assalariados — decretaram que o governo estava fazendo um monumental arrocho salarial, o que é falso. Tinha havido uma redução de salários anterior. Arrocho salarial é outra coisa. É uma decisão que o governo toma, como já aconteceu no passado, de reduzir deliberadamente os salários dos trabalhadores. Isso não foi feito. Pelo contrário. Foi feita uma recuperação que os números demonstram. Modesta, mas efetiva. No entanto a imprensa caiu firme em cima dessa idéia...

P.: A imprensa não inventa...

R.: Resultado: as pessoas acreditaram, por mais que eu repetisse, insistisse, que mostrasse. Agora, estou mostrando os números concretos. Foi desse jeito que se começou a concessão desses aumentos. Eu queria me ver, por exemplo, na pele de um empresário. Fica difícil, depois de toda a carga, não conceder os aumen-

tos que os trabalhadores querem. O mesmo ocorre com o juiz do Trabalho, seja de Rondônia ou de Brasília. Também fica difícil para ele, depois de toda a carga que foi feita, em que ninguém tinha coragem de dizer “não, a coisa não é bem assim...”. Havia pouca gente de coragem. Eu me lembro, por exemplo, de um artigo magnífico que foi feito pelo economista Marcos Cavalcanti Albuquerque, na *Folha de S. Paulo*, mas foram poucos. Geralmente era um populismo salarial que agora está custando caro. P.: A corrida salário e inflação poderia levar a um novo choque?

R.: Não está em cogitação um novo choque nem acredito que a sociedade já esteja fazendo aumento de preços pensando em outro choque. Estou, muito satisfeito porque, ainda que a inflação tenha aumentado um pouquinho, estamos hoje com preços relativos muito mais equilibrados. Quer dizer: no dia 12 de junho, dia do choque, os preços relativos estavam profundamente desequilibrados. E, hoje essa inflação que está aí decorre, fundamentalmente da correção de preços relativos que fizemos. Só pudemos aumentar os preços atrasados e não pudemos reduzir os adiantados, porque a gente não sabe quais são. Mas, de qualquer forma, o certo é que nossos preços estão bem mais equilibrados. Isto significa que as empresas que estavam com preços atrasados estão acertando seus passos, estão podendo sobreviver no mercado.

P.: Ao longo das últimas semanas, vários setores estão exigindo mais fortemente reajustes substanciais de preços. Quer dizer, é uma fonte de pressão talvez tão grande quanto a dos salários...

R.: Isso não é novo. Eles estão fazendo desde o começo. Aço, por exemplo, era um preço atrasado. E os industriais privados do aço, sem falar nas siderúrgicas estatais, pressionaram por muitos aumentos. Foram dadas elevações acima da inflação e isso acelerou um pouquinho a taxa inflacionária. Para a indústria automobilística também já foi dada alguma coisa e vai continuar sendo dada alguma coisa a mais, porque os preços dela estavam atrasados e isso vai acelerar a inflação. Medicamentos, idem. Houve vários insumos em que isso aconteceu.

P.: Houve o estudo da criação das ZPEs (Zonas de Processamento de Exportações), houve a proposta de socorrer a TRANSBRASIL. Nessas discussões, o senhor sempre foi contra, argumentou. Mas existiu a chamada “decisão de governo”. O senhor não acha que está havendo decisões de governo demais se sobrepondo às suas posições como ministro da Fazenda?

R.: Acho que não. No caso das ZPEs, sempre deixei claro que achava que não funcionariam. Seria caro e não funcionaria. Caro, porque tem todo um custo de infra-estrutura para montar as ZPEs, porque vai exigir enormes custos de fiscalização. E não funciona porque nenhum empresário que se preze, estrangeiro ou brasileiro, vai instalar uma indústria numa ZPE só para exportar, se pode instalar em Manaus e exportar e importar. Ou se pode instalar em qualquer lugar do território nacional e, utilizando-se do *draw-back* e do BEFIEX (Comissão para Concessão de Benefícios Fiscais a Programas Especiais de Exportação), praticamente tem todas as vantagens que teria na ZPE.

P.: E o plano de socorro a empresas privadas em dificuldades?

R.: A TRANSBRASIL é o único caso que conheço. O Conselho de Segurança Nacional entende que é um problema de segurança nacional. Aceito esta idéia e acho que devemos dar um socorro à TRANSBRASIL. O que tenho defendido é que não se faça a intervenção, a não ser que seja para liquidação da empresa. Existe um consenso de que a administração atual da TRANSBRASIL — é a terceira vez que a empresa entra em crise — deveria ter um trabalho mais competente lá. Mas ela também tem sido vítima de problemas como o Plano Cruzado, não há dúvida. Não excludo algum socorro à TRANSBRASIL, desde que devidamente garantido. Agora, me parece que só faz sentido socorrer mesmo a TRANSBRASIL se for para mudar a administração.

P.: Há uma ameaça — ou pelo menos está se falando nela — de recessão da economia americana a partir do comportamento da Bolsa de Nova York nos últimos dias. Isso muda seus planos para a negociação da dívida externa? Ou não muda?

R.: O que entendo é que essa crise que está havendo na economia americana reafirma as posições que o governo vem tomando a respeito da dívida externa. Confirma. Essa queda na Bolsa é consequência, principalmente, da taxa de juros internacional. E a elevação da taxa de juros, por sua vez, é consequência dos déficits em conta corrente dos Estados Unidos. Os déficits em conta corrente dos Estados Unidos, por sua vez, são consequência do déficit fiscal americano. E esse desequilíbrio da economia americana é que vem preocupando há bastante tempo todo o sistema capitalista. Então, agora, houve um lance importante, que foi essa queda. Não é certo, ainda, que vá haver recessão, mas, de qualquer forma, é certo que as taxas de juros vão continuar subindo e há risco sério da recessão.

P.: E como isso nos afeta?

R.: Diante disso, confirma-se a posição do Brasil. O Brasil está dizendo que só está disposto a sair da moratória se lograr um acordo com os banqueiros internacionais que seja um real avanço em relação ao modelo anterior de negociação, que é o do México e é o da Argentina. O Brasil está dizendo que, nessa negociação, nós queremos não só o sistema convencional de financiamento de juros, como *spread* mais baixo, desvinculação do FMI e um teto sobre a taxa de juros. Esse teto é fundamental. Se a taxa de juros sobe, o que sobe acima daquele teto é capitalizado ou refinanciado. Além disso, o Brasil está dizendo que quer também abrir uma solução de longo prazo para a dívida que implique a possibilidade de reduzi-la através dos títulos de longo prazo e taxas fixas e mais baixas de juros. Isso se torna mais importante agora que está havendo este problema no sistema financeiro internacional.

P.: A proposta brasileira, portanto, continua adequada, mesmo que haja recessão na economia norte-americana no ano que vem?

R.: Sem dúvida. Vamos imaginar a taxa de juros. Se por acaso os juros aumentarem no próximo mês ou dois meses, enquanto não se fecha a negociação, vamos precisar de mais dinheiro para financiamento dos juros e depois se estabelece o teto, para evitar que aumentos posteriores ainda tenham efeitos negativos sobre a economia brasileira. Essa negociação virá proteger o Brasil, entre outros fatos, dessas flutuações. E o país tem mecanismos para isso, pois estão muito claras as nossas propostas. Já prevíamos, quando fizemos a proposta, que a taxa de juros continuaria crescendo, que havia a possibilidade de uma recessão na economia americana.

R.: Mas esse quadro facilita ou dificulta a negociação?

R.: É difícil saber o que se passa na cabeça dos banqueiros. Imagino que as ações dos bancos tenham sofrido quedas na Bolsa de Nova York. Então preferiria que os banqueiros estivessem com suas ações fortes e saudáveis. Ficariam mais tranquilos para negociar. Vamos torcer para que saiam dessa crise, porque a crise deles é também um pouco a nossa crise. Somos solidários. Temos, às vezes, interesses conflitantes com os banqueiros, mas somos basicamente solidários nessa briga.

P.: Como estão, no momento, as conversações de Fernão Bracher com o comitê dos bancos credores, em Nova York?

R.: A reunião está indo devagar. Os banqueiros se sentem muito divididos em relação ao problema da negociação de uma dívida

como a do Brasil. Porque se pede mais de 10 bilhões de dólares de refinanciamento de juros. De um lado, eles precisam fazer isso, porque, senão, não recebem os juros. De outro lado, é péssimo fazer, porque na hora em que dão o empréstimo, no dia seguinte esse dinheiro vale a metade no mercado secundário de títulos, o que seria difícil, para eles, explicar aos acionistas. Como é que eles fazem um financiamento e no dia seguinte vale a metade?

P.: O senhor poderia detalhar melhor?

R.: Isso se explica porque, fazendo o financiamento, os banqueiros recebem, digamos, 60%. Recebem tudo o que deram e mais 40%. Recebem 60% do juro vencido. Mas o que os banqueiros gostariam mesmo é que o Brasil começasse a pagar, mesmo com algum atraso, sem que fossem obrigados a fazer novos financiamentos. Mas o Brasil não vai fazer isso. Por esse motivo estão propondo um acordo provisório, que não é nada provisório. Estamos inteiramente interessados em colaborar com os bancos e com o governo americano, mas queremos uma solução para o problema da dívida.

P.: Como está sendo encarada a insistência dos bancos para um pagamento simbólico dos juros?

R.: Fazer um falso *token payment* dos juros ou um acordo provisório da dívida é exatamente a forma de não resolver, de adiar a solução, o que não interessa ao Brasil. O país não está com pressa, não quer fazer correndo uma negociação. Se, por acaso, fizessemos um acordo provisório, por exemplo, o que estaríamos fazendo é adiar a solução dessa negociação indefinidamente. Aí os banqueiros perderiam todo o interesse em fazer o acordo.

Entrevista a Willian Waack, do *Jornal do Brasil*, de 25.10.1987.

P.: A situação externa parece muito ruim. Os juros subindo ou uma recessão mundial. E ainda tem os bancos, agora prejudicados pela queda do valor de suas ações em Nova York, em atitude no mínimo pouco receptiva em relação ao Brasil. Esta análise, na sua opinião, é muito pessimista?

R.: Acho que sim. Este ano, apesar da moratória, o Brasil está pagando de juros, de principal de dívida e de bônus, um total de

8,5 bilhões de dólares, a seus credores. A suspensão de pagamento é de apenas 4,3 bilhões de dólares. O Brasil continua sendo um supridor de recursos para o sistema financeiro internacional, e muito grande. O Brasil faz parte desse sistema financeiro internacional.

Não vejo nenhuma razão para muito pessimismo. Acho que as negociações do Brasil com os bancos em Nova York prosseguirão, com certa lentidão, mas prosseguirão, e que nós chegaremos a um acordo. Os bancos credores compreenderam que o Brasil está realmente disposto a negociar, a fazer concessões, desde que os bancos concordem também em fazê-las. Nossa proposta deixou claro aos bancos que o sistema convencional de financiamento de juros precisa de algumas inovações, sobretudo redução da taxa de juros e, em troca, um teto na taxa de juros, para que eventuais aumentos sejam refinanciados, capitalizados. Acho essencial a existência de mecanismos que permitam a longo prazo a redução da dívida.

P.: Considera-se que as relações atuais entre o Brasil e os bancos credores são as piores já registradas desde a eclosão da crise do endividamento, em 1982. Qual é a sua avaliação?

R.: Não é verdade. A situação estava muito pior quando foi feita a moratória. Eu mesmo, há um ou dois meses, quando os banqueiros estavam com a sensação de que o Brasil não estava disposto a negociar, percebi que estavam muito irritados. Agora eles estão convencidos de que estamos dispostos e começamos a negociar de boa-fé. O que acontece — mas isto é uma mera suposição minha, dos contatos que tenho com os banqueiros e que meus assessores têm com os banqueiros — é que eles também estão num momento muito difícil. De acordo com a forma de tratamento convencional, eles vão ter de nos financiar os juros, dar dinheiro novo, na expressão deles. Isso para eles é muito desagradável, pois no dia seguinte o dinheiro vale apenas a metade no mercado secundário. O ideal seria se o Brasil não precisasse de dinheiro novo, mas então não haveria o problema da dívida. O complicador é que é grande a proporção da dívida em relação às exportações. Para compatibilizar crescimento, estabilidade de preços com a dívida é necessário reduzir de maneira vital uma parte dos juros que pagamos ou então encontrar mecanismos novos que reduzam a dívida. Isso é o que o Brasil está pretendendo.

P.: A credibilidade do governo brasileiro no exterior é muito baixa também. Considera-se que não tem condições de fornecer

garantias de que cumpriria os próprios planos econômicos. Como o senhor reage a esse tipo de crítica?

R.: Nós realmente temos dificuldades políticas e econômicas. Passamos por um momento difícil e, se os credores não quiserem esperar que tudo se resolva, eles apenas contribuirão ainda mais para aumentar as dificuldades e os problemas. A partir da análise de que existem de fato problemas políticos e econômicos neste país — e eu não pretendo tapar o sol com a peneira — eles, os banqueiros, fazem afirmações absolutamente inverídicas. Por exemplo, é muito comum, entre os banqueiros, a afirmação de que o Brasil não tem programa econômico. Pois o Brasil tem programa econômico escrito em português, inglês e japonês e está sendo cumprido com maior seriedade possível. Não integralmente, mas pelo menos 90%, 80%. Os resultados que estamos obtendo com déficit público, por exemplo, são surpreendentemente bons. Dentro de dez dias o governo vai publicar o primeiro relatório de acompanhamento no Plano de Consistência Macroeconômica. Cada trimestre, regularmente, vai ser publicado outro relatório de acompanhamento, dentro da política de absoluta transparência de dados. Outra coisa que os banqueiros dizem é que não estamos considerando as contribuições que possam fazer as instituições multilaterais, como o Fundo Monetário Internacional e o Clube de Paris. Não é verdade. Na nossa solicitação de recursos aos bancos privados fizemos uma série de suposições muito realistas, mas que perfeitamente podem ser discutidas com os bancos, de quanto é que nós vamos receber do FMI, Banco Mundial. Com o FMI pretendemos fazer um acordo após o entendimento com os bancos. Na verdade, sinto que os bancos estão tensos, pois sabem que terão de negociar agora. Trata-se de uma negociação entre duas hipóteses que não são boas. Os bancos perdem se não negociam e também perdem, de certo modo, se negociam. Isto não é um tipo de negociação feliz para ninguém, mas é a realidade.

P.: O senhor é considerado um intelectual com reputação internacional cujas idéias, ao assumir o posto, não eram favoráveis à moratória. Foi muito difícil o exercício de aceitá-la como instrumento imprescindível de negociação da dívida?

R.: Quando a moratória foi declarada, escrevi um artigo dizendo que era a única alternativa. Acho que a forma como foi declarada não era a mais feliz. O que precisamos ter muito claro nesse processo de negociação é que um país só chega a negociar quando não existem mais empréstimos voluntários para esse

país. E só não existem quando um país não tem condições de pagar normalmente os juros, quanto mais o principal. Geralmente os países endividados são capazes de pagar até uns 60% de seu serviço, e com muito sacrifício. Dentro desse quadro, faz parte do realismo admitir que esse país só pague seus juros quando tiver financiamento. No momento em que um país deixa de receber financiamento para os juros, ele pára de pagar. Num determinado momento ele ainda pode queimar suas reservas mas, depois, ele vai para a moratória. Esse tipo de relacionamento entre devedores e credores é um absurdo.

P.: O Brasil parece ter colocado muitas esperanças numa possível compreensão maior por parte dos governos como os da Alemanha, França e Inglaterra em relação às teses apresentadas pelos brasileiros para renegociação da dívida. Como o senhor avalia a atitude desses governos?

R.: Na reunião do FMI, o Brasil queria fundamentalmente duas coisas dos ministros dos sete países mais ricos. A primeira era um acordo da parte deles de que não obrigariam, não interfeririam junto aos bancos exigindo que eles, para fazer acordo com o Brasil, pressionassem por um acordo prévio com o Fundo. Nesse sentido, obtive apoio explícito dos ministros Balladur (França), Lawson (Inglaterra) e Stoltenberg (Alemanha). Em segundo lugar, nós queríamos um apoio para a idéia dos títulos voluntários com taxas de juros fixas e mais baixas e também obtivemos apoio para essa idéia no comitê interno, do qual eles também participaram.

P.: Diante da incapacidade dos governos dos países industrializados de coordenar suas próprias políticas monetária e financeira, o senhor não se acha sozinho num mundo completamente hostil?

R.: O mundo capitalista está vivendo nos últimos 15 ou 17 anos numa grande crise, que corresponde às ondas longas de Kondratieff⁷, que tem se confirmado rigorosamente. Então eu imagino que ainda temos mais uns cinco ou sete anos de dificuldades no mundo.

7. *Ciclos de Kondratieff*: teoria pela qual o capitalismo avança não uniformemente, mas conforme ciclos ou ondas longas de expansão e desaceleração, cuja duração total seria de 50 a 60 anos. Aproximadamente em 1945 teria começado a última expansão, que terminou em 1969 ou em 1973, quando começa a atual fase de desaceleração ou de declínio. Os ciclos longos seriam compostos de ciclos normais ou breves, cuja duração é de aproximadamente oito a dez anos.

P.: Para enfrentar uma situação dessas, por que Brasil, Argentina e México não são capazes, ou não querem, se colocar juntos numa espécie de cartel dos devedores?

R.: Esta não é nossa intenção. Nós constituímos um grupo e vamos ter reuniões regulares, mas nós entendemos que cada país tem uma conjuntura diferente, e está em um momento da negociação da dívida diferente, por isso não faz sentido um cartel. Além disso, um cartel é muito agressivo em relação aos nossos países credores, e é bom lembrar que nós fazemos parte do mesmo sistema. Nós apenas estamos em dificuldades no momento.

P.: O clima para empresários no Brasil é considerado atualmente de ruim a péssimo. O senhor vê qualquer possibilidade de inverter essa tendência? Que conselhos daria a um empresário francês?

R.: Isto se inverte. O pessimismo no Brasil é passageiro. Os verdadeiros empresários são aqueles que têm visão e sabem enxergar além das dificuldades. O potencial da economia brasileira continua enorme, e se eu fosse um empresário francês continuaria considerando o Brasil como excelente opção. Há muitas multinacionais perdendo excelentes oportunidades de negócio no Brasil, no momento.

P.: Um recente artigo do antecessor seu, o Prof. Mário Henrique Simonsen, até agora não contestado, afirma que o Brasil está perdendo o bonde da história, perdendo contacto com a tecnologia avançada e praticamente se condenando a ser um atrasado. O senhor compartilha dessa opinião?

R.: Acho que o Brasil não está em hipótese alguma perdendo o bonde da história. O Brasil está passando por dificuldades políticas que se relacionam ao período de transição para a democracia. As transições econômicas estão relacionadas principalmente, mas não exclusivamente, com a dívida externa. Mas o Brasil está realmente avançando nas tecnologias de ponta. A reação que existe inclusive em relação à Lei de Informática, por parte dos países centrais, não é reação de quem acha que nós estejamos perdendo o bonde da história. A Lei de Informática, por exemplo, é um grande sucesso no Brasil, sou defensor da Lei de Informática. Concordo que de vez em quando há exageros, mas se examinarmos o progresso que teve a informática no Brasil nestes últimos anos, a partir do momento em que foi feita a reserva de mercado, ficaremos absolutamente espantados. Importante é que isto não está impedindo que investimentos estrangeiros sejam feitos nessa área. Investimentos também de ponta. Re-

centemente também a IBM resolveu fazer um importante investimento em discos fixos de alto nível de tecnologia, pois não havíamos concordado que ela fizesse investimentos menos sofisticados. Mais dramático foi o caso da Texas Instrument, que queria fazer um grande investimento no Brasil em maquininhas de segunda, que nós brasileiros já sabemos fazer de cor e salteado. O governo brasileiro não deixou e a empresa resolveu fazer um grande investimento, de 176 milhões de dólares, em equipamentos de altíssima tecnologia.

P.: Num país como este, onde o Estado tem importância tão transcendental para a economia, que papel pode ter um programa de privatização?

R.: A privatização não é uma das prioridades da economia brasileira. Há dificuldades para fazê-la, não só por causa da resistência da burocracia estatal. Ao contrário da França e da Inglaterra, no Brasil não há um montante privado de poupança tão grande que possa ser aplicado na compra das empresas. De qualquer forma, nós devíamos pensar na privatização de duas maneiras. Uma através de venda das estatais, e a outra através da abertura de novos serviços públicos, tradicionalmente nas mãos do poder público, e que agora sejam assumidos pela iniciativa privada. Um novo metrô, uma nova hidroelétrica, uma nova estrada de ferro. Existe uma imensa necessidade de investimentos públicos no Brasil, que poderiam ser cobertos pelo setor privado, desde que haja garantia de lucro adequado, o que creio que é perfeitamente viável de se fazer.